

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Letras – FALE

**Curso de Especialização em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura
e Produção de Textos - PROLEITURA**

Pítias Lóring Paula Marins

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MEMES

uma proposta de leitura e aplicação ao ensino.

Belo Horizonte

2023

Pítias Lóring Paula Marins

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MEMES

uma proposta de leitura e aplicação ao ensino.

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e de Produção de Texto da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito avaliativo para cumprimento da pós-graduação. Professor:

Dra. Helcira Maria Rodrigues de Lima

Belo Horizonte

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA: Teoria e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Textos

ATA DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO ALUNO PÍTIAS LÓRING PAULA MARINS

Realizou-se, no dia 31 de julho de 2023, às 14:00 horas, de forma remota, a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *Memes: uma proposta de leitura e aplicação em sala de aula*, apresentado por PÍTIAS LÓRING PAULA MARINS número de registro 2022667578, como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialista em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Textos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, perante a seguinte Comissão Examinadora: Profa. Helcira Maria Rodrigues de Lima - Orientadora, Profa. Allana Mátar de Figueiredo (UFMG), Prof. Fabio Arcanjo Avila (UNICAMP).

A Comissão considerou o Trabalho:

Aprovado

Reprovado

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2023.

Profa. Helcira Maria Rodrigues de Lima (Doutora)

Profa. Allana Mátar de Figueiredo (Mestre)

Prof. Fábio Arcanjo Ávila (Doutor)



Documento assinado eletronicamente por **Helcira Maria Rodrigues de Lima, Professora do Magistério Superior**, em 31/07/2023, às 20:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Ávila Arcanjo, Usuário Externo**, em 31/07/2023, às 20:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Allana Mátar de Figueiredo, Professora do Ensino Básico Técnico Tecnológico**, em 31/07/2023, às 20:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2481162** e o código CRC **B3A72D00**.

Deus. Zelma Paula Viana, minha mãe zelosa,
que me abençoou quando quase desisti e ao
Emerson Barbosa da Silva, encorajador,
sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Helcira Maria Rodrigues de Lima pelo profissionalismo e afeto com que se ocupou em lidar comigo, na elaboração e confecção deste trabalho. Pela paciência nos intervalos silenciosos, nas reestruturações de textos e argumentos, no agendamento de novas datas e, principalmente, no incentivo para que eu deixasse o texto fluir sem a preocupação com o perfeccionismo ou, nos momentos de zero inspiração, que foram muitos.

Agradeço, sempre, a Lo-Ruama Lóring Bastos, minha irmã, que me sugeriu Belo Horizonte e a academia, quando eu estava ‘acrítico’. Agradeço aos meus irmãos Majoelzes Lóring Paula Marins, Wiviany Lóring Paula Marins Gonzaga e L. Paulo Marins Viana. Nos últimos meses vi a força do amor em todos vocês. Agradeço ao Rhamon Quaresma e ao Leozinho Rezende, amizades profundas.

Ao meu tio Calazans Alves de Lana, pelas longas conversas sobre os caminhos que nos trouxeram para o Caminho.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso, primariamente, foi cogitado para ser experimentado/executado em sala de aula, com alunos do Ensino Médio em seus três anos de duração. Pretendia-se observar o uso dos memes pelos alunos em suas relações de convívio social, familiar e acadêmica, com intuito de aplicar as teorias linguísticas exploradas no círculo bakhtiniano. Valentin Volóchinov (2017, p. 5) em *Marxismo e filosofia da linguagem*, as tradutoras Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo, no ensaio introdutório, vão dizer que: “... pois é na relação entre linguagem e mundo que se dá a constituição do sentido”. Outra questão que se desejava observar sobre a constituição de sentido é o que os alunos apreendem na análise do discurso de um meme que é trazido/produzido pelos mesmos. Se esses alunos são capazes de indicar nos memes as suas interações sociais e seus posicionamentos ideológicos. A proposta inicial de análise discursiva do gênero meme em sala de aula, tornou-se uma análise de gêneros digitais, tendo como base os documentos oficiais, mais precisamente a BNCC, para EM e pesquisas acadêmicas sobre o assunto, destacando os memes, seguida de uma proposta de intervenção na sala de aula – sequência didática. Assim, apesar da mudança no direcionamento inicial da proposta, pretende-se contribuir tanto com os estudos sobre o gênero em foco (meme), quanto sobre a discussão a respeito dos documentos oficiais e das possibilidades de abordagem do assunto em sala de aula.

PALAVRAS-CHAVES: BNCC; Meme; Linguística; produção de sentido.

ABSTRACT

The presente academic work, basically, was considered to be experienced/executed in the classroom, with high school students in its long years. It was intended to observe the use of memes by the students in their social, family and academic relationships, with the aim of applying the linguistic theories explored in the bakhtinian circle. Valentin Volóchinov (2017, p. 5) in *Marxism and philosophy of language*, the translators Sheila Grillo and Ekaterina Vólkova Américo, in the introductory essay, will say that: "... because it is in the relationships between language and the world that occurs the constitution of the meaning." Another issue to be noted about the constitution of meaning its what students learn in discourse analysis of a meme brought by themselves. Whether these students are able to indicate their social interactions and ideological positions in memes. The initial proposal for discursive analysis of the meme genre in the classroom, has become na analysis of digital genres based on oficial documents, more precisely the BNCC for high school and academic research on the subject, highlighting the memes, followed by a classroom intervention proposal – didatic sequence. Thus, despite the change in the initial direction of the proposal, the aim is to contribute both to the study of the genre in focus (meme) and to the discussion regarding oficial documents and the possibilities of approaching the subject in the classroom.

Keywords: BNCC; Meme; Linguistic; meaning production.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. BNCC - BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	11
3. MEME: UM GÊNERO EM DESTAQUE	36
4. SEQUÊNCIA DIDÁTICA	47
4.1. Apresentação da situação	47
4.1.1. Habilidades da BNCC que serão exploradas	47
4.2. Projeto coletivo de criação de memes	49
4.2.1. Autor:	49
4.2.2. Disciplina:	49
4.2.3. Série:	49
4.2.4. Número de aulas previstas:	50
4.2.5. Tema:	50
4.2.6. Conteúdos:	50
4.3. Objetivos gerais	50
4.3.1 Objetivos específicos	50
4.4. Conhecimentos prévios	51
4.5. Desenvolvimento das atividades	51
4.5.1. 1ª aula	51
4.5.2. 2ª aula	51
4.5.3. 3ª aula	52
4.5.4. 4ª aula	52
4.5.5. 5ª aula	52
4.5.6. 6ª aula	52
4.6. Produção final	52
4.7. Avaliação	53
4.7.1. Avaliação final	53

5. CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS	55

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso, primariamente, foi cogitado para ser experimentado/executado em sala de aula, com alunos do Ensino Médio (que doravante será apontado simplesmente como EM) em seus três anos de duração. Pretendia-se observar o uso dos memes pelos alunos em suas relações de convívio social, acumulando suas relações familiares e acadêmicas, com intuito de aplicar as teorias linguísticas exploradas no círculo bakhtiniano, mais especificamente, Valentin Volóchinov (2017, p. 5) em *Marxismo e filosofia da linguagem*, as tradutoras Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo, no ensaio introdutório, vão dizer que: “... pois é na relação entre linguagem e mundo que se dá a constituição do sentido”. Outra questão que se desejava observar sobre a constituição de sentido é o que os alunos apreendem na análise do discurso de um meme que é trazido/produzido pelos mesmos. Esses alunos são capazes de indicar nos memes as suas interações sociais? E os posicionamentos ideológicos?

Ao deixarem para trás o Ensino Fundamental se espera que os alunos conheçam, compreendam, explorem, analisem e utilizem “diferentes linguagens” como por exemplo: visuais, sonoras, verbais e corporais, vejamos o que é sugerido pela BNCC como a manifestação da passagem para o EM:

No Ensino Médio, o foco da área de linguagens e suas tecnologias está em ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria nas práticas de diferentes linguagens; na identificação e na crítica aos diferentes usos nas linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais; e no uso criativo das diversas mídias. (BNCC, 2018, p. 471)

Pretendia-se observar o que tais alunos poderiam explorar no gênero em questão; se seriam capazes de fazer uma análise linguística adequada, considerando o poder de tal gênero; o que (e que tipo de discurso o meme reproduz) poderia ser dito e apreendido com o mesmo.

Todavia, furtou-se do pós-graduando tal oportunidade, a de estar em sala de aula para tal empreendimento, como estudante do curso de “Especialização em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Texto”, na pós-graduação da FALE (Faculdade de Letras) da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Sendo assim, aproveitou-se desse trabalho avaliativo para cumprimento da disciplina “Elaboração de trabalhos acadêmicos”, e fez-se uma adaptação para o trabalho de conclusão do curso para uma execução mais documental e bibliográfica, abrindo mão da pesquisa de campo. A proposta inicial de análise discursiva do gênero meme em sala de aula, tornou-se uma análise de gêneros

digitais, tendo como base os documentos oficiais, mais precisamente a BNCC, para EM e pesquisas acadêmicas sobre o assunto, destacando os memes, seguida de uma proposta de intervenção na sala de aula – sequência didática. Ou seja, este TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, será elaborado e dividido em três etapas distintas: será desenvolvida uma resenha crítico-analítica de alguns escritos sobre a formulação e utilização de alguns documentos normativos envolvendo EM e gêneros digitais/memes, seguida de uma conceituação histórico-acadêmica do gênero meme, complementando com uma Sequência Didática, sugerindo que tipo de trabalho pode ser realizado com a exploração do gênero meme em sala de aula.

Assim, apesar da mudança no direcionamento inicial da proposta, pretendemos contribuir tanto com os estudos sobre o gênero em foco (meme), quanto sobre a discussão a respeito dos documentos oficiais e das possibilidades de abordagem do assunto em sala de aula.

2. BNCC - BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Nesta primeira parte do trabalho, pretende-se fazer uma análise crítica de como os trabalhos com discursos digitais aparecem nos documentos oficiais, como por exemplo, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), especialmente, no que se refere ao meme. Mais especificamente, será feita uma resenha crítica sobre os documentos oficiais para o EM, com ênfase no trabalho com meme, dentro dos gêneros digitais. Além da BNCC, lançar-se-á mão de alguns materiais elaborados para apontar na Base Nacional Comum Curricular, dilemas e perspectivas, elaborados por Carlos Roberto Cury, Magali Reis e Teodoro Adriano Costa Zanardi (2018) e no artigo A BNCC do Ensino Médio: das controvérsias no processo de elaboração ao texto aprovado, de Lucas Gabriel Motta, Mônica Ribeiro da Silva e Renata Peres Barbosa (2022). Esclarece-se que não se tem a intenção de estabelecer uma bandeira ideológica contrária ao documento, pelo contrário, pretende-se, enquanto aborda-se o tema em pauta, apontar que há dilemas que podem ser considerados, perspectivas que merecem ser lembradas e controvérsias que não devem ser ignoradas. Adianta-se que não será o alvo deste trabalho esmiuçar todos os pontos críticos levantados por esses autores, acima citados.

No decorrer da caminhada acadêmica do pós-graduando, entre 2016 e 2020, a discussão, elaboração e aprovação da Base estavam em plena erupção. Todas as atividades acadêmicas desenvolvidas nesse período já se voltavam para a Base como norma a ser obedecida/utilizada. Esclarece-se, também, que nessa curta caminhada como professor, a maioria de seus colegas de docência, viram com receptividade o novo documento normativo. Seria ingenuidade, diga-se de passagem, pela falta de convivência com o sistema educacional do país, se houvesse um posicionamento radical contra ou a favor dos documentos normativos sem antes o aprofundamento nos mesmos e no aprimoramento das capacidades como educadores, que, não se pode negar, exige uma certa experiência para ter o mínimo de eficiência e autoridade. Com isso, é sempre bem apontar que dependente de receber e buscar instrução para aprimorar habilidades adquiridas ao longo da carreira de educador. Estudando, seguindo normas, reciclando conhecimentos, lançando mão de novas e atualizadas ferramentas. Por isso, neste início de análise, há um certo cuidado de ver/olhar a BNCC como um ‘bicho papão’.

Antes de entrarmos nos pontos escolhidos para dar forma a este trabalho, tomemos a BNCC como sendo um enunciado que vem como suporte, com possíveis agregadores ao ensino em sala de aula. Nessa perspectiva, Fiorin afirma que:

Como se produz um enunciado para comunicá-lo a alguém, o enunciador realiza um fazer persuasivo, isto é, procura fazer com que o enunciatário aceite o que ele diz, enquanto o enunciatário realiza um fazer interpretativo. Para exercer a persuasão, o enunciador utiliza-se de um conjunto de procedimentos argumentativos, que são parte constitutiva das relações entre enunciador e o enunciatário. (2016, p. 57)

Na primeira sentença da citação vê-se que há uma dinâmica do ‘fazer’. Ora um fazer persuasivo ora um fazer interpretativo, e nesses dois tópicos pode haver polarizações políticas e acadêmicas. Polarização porque há a ideia de que a Base foi amplamente discutida e houve(?) uma intensa consulta à sociedade. Além disso, o que foi sancionado como documento normativo tem o discurso democrático, mas não foi bem assim, pois o que houve foi deslocamento em direções distintas e bem radicais. Pode-se observar essa ideia da polarização na consulta pública quando se lê o artigo de Motta, Silva e Barbosa (2022, p. 2 e 3), que logo na introdução, deixam claro que houve entre os “sujeitos envolvidos” e “grupos de interesse” uma polarização marcada pela arguição favorável à Reforma do EM e à BNCC, concentrada em representantes ligados a fundações e associações do terceiro setor¹, e que havia uma “argumentação contrária” (pg. 8) protagonizada, majoritariamente, por entidades do campo acadêmico-científico e político-organizativo como sindicatos docentes e movimento estudantil. Esses últimos, dir-se-ia que são a parte acadêmica da citada polarização. Logo acima, Fiorin (2016) é citado com o intuito de que a conceituação de “enunciado” mostre que há certa intenção quando se pronuncia/comunica alguma coisa e para esses escritores o Estado deixa claro a força usada na ‘imposição’ tanto nas consultas, meramente nominadas como consultas públicas, quanto na aprovação do texto sem melhores debates. A seguir, veremos o que vem a ser normas ou caráter normativo e currículo obrigatório, que têm como objetivo trazer certa luz para essa disputa entre entidades contrárias e Estado, demonstrando os caminhos que se seguiram e onde buscou apoio até chegar ao texto final.

Segundo Motta, Silva e Barbosa, (2023, p. 2) o CNE – Conselho Nacional de Educação – havia anunciado no início de 2018 que seriam realizadas cinco consultas públicas para a discussão da terceira versão da BNCC, relativa ao EM (implementação da reforma consignada na Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017)). Tais consultas deveriam acontecer em Florianópolis (SC), representando a região Sul do país, São Paulo (SP), região Sudeste, Fortaleza (CE), representando o Nordeste, Belém (PA) a região Norte, e Brasília, quinta e última consulta, representando a região Centro-oeste. Vejamos o que os autores escrevem sobre essas consultas:

¹Expressão criada para designar um campo da sociedade correspondente às ações sociais promovidas por instituições privadas de caráter não lucrativo, com atividades que envolvem a demanda pela reivindicação de determinadas causas ou ações de filantropia.

Das cinco audiências previstas, ocorreram apenas as de Florianópolis, Fortaleza e Brasília. São Paulo e Belém foram ocupadas por movimentos sociais, dentre eles sindicatos de professores, entidades estudantis e acadêmicas, que aludem à parcialidade do Ministério da Educação (MEC) ao privilegiar determinados grupos na elaboração do documento, e designavam, inclusive, o ciclo de audiências como uma tentativa de legitimar um processo antidemocrático. Após a interrupção da audiência em São Paulo, que seria a segunda, o presidente da comissão bicameral sobre a BNCC, César Callegari, anunciou em carta aberta aos demais Conselheiros membros do CNE sua decisão de sair da comissão, argumentando que “As manifestações que nos levaram a cancelar a audiência pública [...] deixam um recado claro: a reforma do Ensino Médio e a respectiva BNCC precisam ser mais amplamente discutidas.” (CALLEGARI, 2018). Ainda assim, o cronograma de consultas seguiu como planejado originalmente. Ao final, o documento preliminar foi modificado a partir de três audiências realizadas. Em substituição a César Callegari, assumiu a presidência da comissão bicameral o presidente do CNE Eduardo Deschamps, ex-secretário de educação do governo de Santa Catarina e, desde 2015, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). O texto final da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCCEM) foi homologado pelo MEC em 14 de dezembro de 2018. (BRASIL, 2018). (2022, p. 2)

Pensando na segunda sentença da citação de Fiorin (2016, p. 57), o enunciador aqui, o MEC - Ministério da Educação – utilizando “um conjunto de procedimentos argumentativos” na BNCC, foi acusado, por aqueles que se opunham ao documento e aos contrários representados pelos “sindicatos de professores, entidades estudantis e acadêmicas” a privilegiar “determinados grupos na elaboração do documento”. (MOTTA, SILVA e BARBOSA, 2023, p. 2), normatizando procedimentos que, definitivamente, não vieram das bases envolvidas diretamente com a educação e a escola, a saber, os professores e alunos, escolas e faculdades/universidades, pais e responsáveis. Logo, há uma relação de poder entre a BNCC, imposta pelo MEC, como enunciador, e, todos aqueles para quem a BNCC é direcionada, que são os enunciatários, que vêm a ser professores, alunos e profissionais da educação em geral, tanto particular quanto pública², que se sentem forçados a incorporar em seu discurso normativo no seu dia a dia em sala de aula e nas elaborações de suas sequências didáticas, projetos sociais e acadêmicos. A BNCC traz o aluno do EM a um nível diferenciado, como protagonista e que deve ser moldado ao convívio social, preparado para o mercado de trabalho. Pergunta-se se nesse discurso oficial de uma educação assegurada e com qualidade através de “uma compreensão de que uma normativa curricular” está a solução para os problemas da educação no Brasil.

Os autores afirmam, ainda, que analisaram a consulta pública de Florianópolis (SC), pois essa se constituiu em um

² Independentemente de aceitarem, ou não, a Base como um documento de autoridade em suas enunciações – diretrizes e normas. Porque uma das principais intenções da base é que haja uniformidade entre as várias diferenças culturais dentro do vasto país.

(...) espaço privilegiado para a análise, dado que foi realizada integralmente e que nela esteve presente uma gama abrangente de interlocutores. Partindo do pressuposto de que os argumentos ali presentes retratam posições de entidades e indivíduos acerca do processo de produção do texto da BNCCEM, e que tais posições indicaram decisivamente sobre o conteúdo da versão final do documento. (MOTTA, SILVA e BARBOSA, 2023, p. 2-3)

E mais, afirmam que “a análise realizada permitiu depreender as concepções e os interesses que influenciaram na confecção da última versão do documento, e acena para a necessidade de pesquisas que investiguem os rumos da implementação da reforma.” (ibid) e que as “políticas curriculares são permeadas de controvérsias e disputas em torno de projetos formativos, não sendo possível compreendê-las como um campo neutro, como resultados de prescrições eminentemente técnicas.” (ibid) Entende-se que os autores apontam que perguntas sobre a tecnicidade do ensino e todos os polos que convergem para a necessidade da sociedade sejam feitas. É um processo. Não se pode “isolar o contexto da produção do texto e das múltiplas influências identificadas conferindo um caráter absoluto ao documento, mas... de eleger o processo de produção como objeto de estudo ímpar” (p. 4) pois daí poderia aferir uma melhor e mais ampla compreensão das propostas escolhidas para o texto final da Base. Vejamos alguns pontos que emergiram dessa reunião:

- O espaço em Florianópolis foi considerado privilegiado, porque a sessão pôde ser realizada, sem interrupções - como foram os casos de São Paulo e Belém, nos quais as sessões estiveram ocupadas por movimentos sociais, dentre eles sindicatos de professores, entidades estudantis e acadêmicas, que aludem a parcialidade do MEC já descrita acima -, não houve boicote, interrupções de manifestantes, vaias, radicalismos, etc.;
- Lá estiveram presentes uma gama abrangente de interlocutores e os autores logo explicam porque essa gama foi abrangente: os “argumentos” apresentados ali, retrataram o que essa gama de participantes tinha em mente a respeito do processo de produção de tal Base.
- Ainda: a posição desses participantes indicava “decisivamente sobre o conteúdo da versão final do documento.” (p. 3), ou seja, o que cada um dos interessados tinha a dizer naquela audiência do Sul, apresentava um argumento de que o texto era aceitável para encerrar a discussão do que deveria constar desse documento.

Lembrando que essas são algumas das questões que chamam a atenção com relação a esse excerto, mas cabe trazer os três eixos que os pesquisadores Motta, Silva e Barbosa pretenderam analisar, os quais são pertinentes para que não se divague, indiscriminadamente, sobre qualquer comportamento negativo que possa ter aflorado entre os participantes do debate

de Florianópolis (SC), “que foram tratados nos tópicos finais do texto...” (2022, p. 3). Vejamos esses eixos:

- 1 – “...sobre o processo de elaboração da 3ª versão da base” (ibid);
- 2 – “...sobre o caráter assumidamente prescritivo da política curricular” (ibid);
- 3 – “...sobre as disputas no Conselho Nacional de Educação.” (ibid)

Foi partindo dessa lista de eixos que os pesquisadores observaram, de forma mais acurada, os problemas da consulta em questão, sugerindo uma melhor discussão antes de que tivessem “batido o martelo” da aprovação da Base. A ideia de que uma consulta mais minuciosa fosse necessária pode ser atribuída ao fato de que “processos de definição e execução das políticas públicas educacionais são imbuídos de tensões inerentes ao jogo de forças” (p. 3) que acaba envolvendo uma enorme gama de grupos que trazem suas agendas em lutas específicas (cada setor quer defender o seu argumento) para essa “dança política” com o Estado.

No artigo 205 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, gerada em 1988, após uma longa noite de trevas absolutas na política e governo brasileiros, afirma-se que a educação é:

...direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho

206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (EC no 19/98 e EC no 53/2006)

- I–Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II–Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III–Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV–Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V–Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI–Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII–garantia de padrão de qualidade;
- VIII–piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, p. 123)

Havia nesse momento uma promessa, um plano, um desejo de educar a nação, e que essa educação deveria atender a todos, de forma homogênea, na medida do possível. E depois desse texto (incompleto, por ora) vieram outras emendas, parágrafos, PECs que galgaram, degrau a degrau, até a elaboração de um documento normativo para a nação que, além de ser magnificamente extensa, é riquíssima em cultura e arte, dialetos e línguas nativas (indígenas), miscigenações e formas diferentes de fazer todos esses costurados. Para isso, a consulta pública deveria incluir, além das partes que representam essas características/entidades nacionais acima citadas, os pais, as comunidades, vilarejos e cidades, aldeias e quilombos; professores e pedagogos, psicólogos e artistas, avós e tios, tutores e todos os representantes de classes, não apenas os que apareceram em Florianópolis (SC).

Pluralismo e democracia, palavras que por si só, já bastariam para questionar a parcialidade observada nas análises feitas pelos pesquisadores. Sem pretender distorcer a intenção desse texto, que é, lembrando, fazer uma resenha crítica sobre os documentos oficiais para o EM, enfatizando os gêneros digitais, mais precisamente os memes, não seria possível ignorar, como ficou claro nessa pequena parte da pesquisa feita pelos autores acima, o que poderia ter sido feito, quem deveria ser consultado ou o porquê da pressa em aprovar tal texto da Base. E, colocando a lupa no que diz respeito à necessidade de uma Base Nacional, vejamos o que a Constituição continua determinando como deve ser a educação e a cultura no Brasil:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (EC no 59/2009)

I–Erradicação do analfabetismo;

II–Universalização do atendimento escolar;

III–Melhoria da qualidade do ensino; Da Ordem Social 125

IV–Formação para o trabalho;

V–Promoção humanística, científica e tecnológica do País;

VI –Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

SEÇÃO II – Da Cultura

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (EC no 48/2005)

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2o A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3o A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I–Defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II–Produção, promoção e difusão de bens culturais;

III–Formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV–Democratização do acesso aos bens de cultura;

V–Valorização da diversidade étnica e regional. Art. 216.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (EC no 42/2003)

I–As formas de expressão;

II–Os modos de criar, fazer e viver;

III–As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV–As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V–Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1o O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2o Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3o A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4o Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei. 126 Constituição da República Federativa do Brasil

§ 5o Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6o É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I–Despesas com pessoal e encargos sociais;

II–Serviço da dívida;

III–Qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre

os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (EC no 71/2012)

§ 1o O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:

- I–Diversidade das expressões culturais;
- II–Universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III–Fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV–Cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V–Integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI–Complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- VII–Transversalidade das políticas culturais;
- VIII–Autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- IX–Transparência e compartilhamento das informações;
- X–Democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- XI–Descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- XII–Ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

§ 2o Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação:

- I–Órgãos gestores da cultura;
- II–Conselhos de política cultural;
- III–Conferências de cultura;
- IV–Comissões intergestores;
- V–Planos de cultura;
- VI–Sistemas de financiamento à cultura;
- VII–Sistemas de informações e indicadores culturais;
- Da Ordem Social 127 VIII–programas de formação na área da cultura; e
- IX–Sistemas setoriais de cultura. (2006, p. 126-129)

§ 3o Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo.

§ 4o Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias. (BRASIL, 2016, p. 125 e 126)

São direitos simples em sua essência e lógica, ao se considerar que o Brasil é grande, multirracial, multicultural, multi/pluri/poli quando se trata de seu povo, extensão territorial,

cultura, e, tem necessidades específicas. E esse povo merece (entre tantas outras coisas) um letramento, analógico e digital, ricos.

Segundo Wilson J. Leffa, letramento é:

(...) o uso da escrita e da leitura como prática social, ou seja, a ênfase não está na decodificação da língua escrita como é o caso da alfabetização, mas no uso da escrita para interagir com o outro, usando a linguagem como instrumento de mediação... letramento analógico. Já, o letramento digital é o uso da escrita e da leitura para prática social em contextos digitais. Existe uma diferença fundamental que precisa ser esclarecida... a diferença está no suporte... no letramento analógico o suporte é feito de papel, **principalmente** jornal, revista... (pedra, vidro... a matéria se caracteriza por possuir atributos físicos...), no letramento digital o suporte não é feito de matéria, mas de luz – luz que é constituída de bytes e bits... que projetam pontos luminosos na tela do computador, do celular, da TV... (YOUTUBE, 2022. grifo nosso)

e o professor vai mais longe, afirmando que, além das estatísticas envolvendo volume de armazenagem digital em comparação com os livros e materiais impressos, há as interações entre indivíduos, custos mais baixos na distribuição de materiais de estudos disponíveis a esses indivíduos e, para encerrar este esclarecimento sobre letramento digital (e analógico) ele sugere que essa expansão dos letramentos digitais estão cobrindo espaços cada vez mais voltados ao financeiro (lucros para os envolvidos) e às faixas etárias, criando assim, “potenciais pedagógicos” que jamais foram vistos ou vivenciados pela sociedade, e que há uma necessidade urgente de desenvolver “competências” para a sobrevivência nessa “i-era”, como por exemplo o “domínio da multimodalidade” e “desenvolvimento do senso crítico” porque não se produz apenas textos verbais e escritos. Agora se produz vídeos, áudios com uma gama quase infinita de formatos. E nessa videoaula, o professor encerra dizendo que não se pode desprezar esses novos recursos.

As críticas ao documento final, segundo os pesquisadores envolvidos em sua elaboração e observação, no momento de seu fechamento, ignorou as manifestações ocorridas nas reuniões de São Paulo (SP) e de Belém (PA). A esse respeito e, levando em conta a descrição do professor Leffa sobre letramento, não podemos excluir a educação digital, pois nesse mundo tecnológico existem caminhos promissores, quando consideramos que os jovens alunos estão aprendendo a procurarem suas vozes nessa cacofonia universal.

Na página quatro do artigo os pesquisadores apontam que

Em 2016 o Ensino Médio passou a ganhar centralidade na pauta nacional. Com a reforma suscitada pela MP 746/2016 (convertida posteriormente na Lei nº 13.415/2017), ganharam destaque os problemas que essa etapa enfrenta. Apesar de ainda não ter se tornado obrigatória, dispositivos legais apontam para um Ensino Médio como direito e, portanto, responsabilidade do Estado. É o caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394/1996 (BRASIL, 1996), que passou a caracterizar o Ensino Médio como educação básica, e da Emenda Constitucional

59/2009, que tornou a faixa etária dos 15 aos 17 anos idade escolar obrigatória. (MOTTA, SILVA e BARBOSA, 2023, p. 4).

Devido a essa determinação, a discussão sobre o documento deve ser profunda, uma vez que, nessa fase, os jovens tendem a abandonar as escolas, por, muitas vezes, precisarem trabalhar para ajudar suas famílias. Considerando-se a igualdade nos direitos das crianças e adolescentes, o que falta é uma estrutura básica em suas comunidades e lares, e isso o Estado deve oferecer ao povo. Eles são cidadãos em formação e essa característica de indivíduo social precisa ser moldada e enriquecida para que seu futuro seja assegurado por condições humanas adequadas, que os permita ocupar seu lugar na sociedade. Justificando as manifestações, anteriormente relatadas em São Paulo e Belém, deve-se falar da observação feita pelos pesquisadores sobre a importância de que os assuntos (Base e EM) deveriam passar por um acompanhamento e estudo científicos antes de ‘fechar o texto’. Muitos estudiosos, pesquisadores têm escrito sobre educação, seus idealizadores e formas de ensino. No site Educação Pública, Marcélia Amorim Cardoso e Gisele de Andrade Louvem dos Passos, ao apontarem princípios básicos de Paulo Freire para a educação de jovens e adultos, afirmam:

... pensar em Educação de Jovens e Adultos é pensar em Paulo Freire. O mais célebre educador brasileiro, com atuação e reconhecimento internacionais, desenvolveu um pensamento pedagógico assumidamente político. Para ele, o objetivo maior da educação é conscientizar o aluno principalmente em relação às parcelas da população desfavorecidas. A educação freireana está voltada para a conscientização de vencer primeiro o analfabetismo político para concomitantemente ler o mundo a partir da sua experiência, de sua cultura, de sua história. (CARDOSO e PASSOS, 2016)

O EJA (Educação para Jovens e Adultos) não está em pauta, mas a educação freiriana sempre estará quando se trata de educação e luta política para a conscientização do povo desfavorecido, e o Brasil não tem só uma classe social, sua maioria, arrasadoramente, é composta de uma população simples, pobre e desamparada. Pensar em um EM sem pensar nessa população é ignorar sua necessidade básica e isso não torna possível implementar a Base sem essas considerações.

Motta, Silva e Barbosa (2023) observaram que dados do Censo Escolar de 2018 apontaram que mais de um milhão de alunos na faixa etária de 15 a 17 anos permanecem fora da escola e que “esses dados sinalizam para a permanência da distância entre o direito proclamado e o realizado.” (2023, p. 4). Vimos, então, que a Constituição lista uma série de direitos que envolvem a educação e obrigações do Estado, as pesquisas apontam para a urgente necessidade de aprofundamento nos estudos, pesquisas e consultas públicas antes de tornar o texto da Base algo determinante, e o censo mostra o abismo entre o que é direito constituído e

a realidade já implantada. Ainda nessa direção, não se pode esquecer as manifestações contrárias dos participantes que foram ouvidos nesta reunião de Florianópolis (SC):

Pode-se identificar um detalhado espectro de opiniões que, em geral, encontram-se em algum lugar entre dois interesses maiores: por um lado, a concepção centrada na flexibilização do currículo, na busca da eficiência da escola e na preparação para o mercado de trabalho; e, de outro lado, a defesa de uma formação com base nos eixos ciência, cultura e trabalho e a não diluição do currículo em áreas; e, quanto à formação para o trabalho, a ênfase dada à forma integrada entre formação geral e formação profissional (Ensino Médio Integrado). Essas manifestações estiveram, ainda, entremeadas por um conflito que se expressou como uma das intersecções de toda a audiência: o processo de construção da terceira versão da Base, que, poucas vezes defendido, espelhou o contexto de esvaziamento democrático no Brasil após impeachment de Dilma Rousseff, muitas vezes mencionado como “o golpe de 2016” (...). A maioria das manifestações realizadas na audiência foi contrária ou expressou críticas à BNCC(...) Os elementos críticos centrais apontaram para: a) a falta de interesse do governo em dialogar com professores, estudantes e administradores escolares; b) o reducionismo do conteúdo pela obrigatoriedade, nos três anos do Ensino Médio, apenas das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática; e c) pela diluição das disciplinas em áreas do conhecimento. (MOTTA, SILVA e BARBOSA, 2020, p. 6 e 7)

Esvaziamento democrático esse que coloca em dúvida o conteúdo da Base e suas intenções. E, repetindo os autores, os discursos ouvidos, foram “por vezes, difusos no sentido das concepções educativas que resguardam.” (p. 7). Os pesquisadores, ainda, destacaram alguns posicionamentos das associações científicas, que veem que a BNCC/EM:

(...) sustenta-se em uma concepção pragmática de educação: a formação por competências, já duramente criticada por muitos de nós nas primeiras décadas de 2000 pelo seu caráter instrumental, pela secundarização dos conhecimentos dos diferentes campos disciplinares, das mídias e tecnologias, das diversas linguagens da arte que ficam subsumidas ao saber fazer circunscritos apenas ao saber prático. (Roselaine Fátima Campos, Associação Nacional de Política e Administração da Educação - ANPAE). O terceiro ponto é a adoção de competência dissociada de conteúdo. Reiterar que a Base, que cabe à escola desenvolver, competência relacionada ao saber fazer esvaziando seu conteúdo, nega o que há de mais avançado no campo da ciência, da cultura, e da arte para a maioria da população brasileira. É negar escola como lugar do saber e de democratização do conhecimento. A ênfase na aprendizagem para desenvolver competência tem a ver em pensar a escola como se fosse uma empresa, tem que ser medida e avaliada principalmente pelos seus resultados. (Geovana Mendonça Lunardi Mendes, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED).

Os vendilhões da pátria sabem que é preciso reduzir o currículo, que é importante destruir os percursos formativos desses jovens tirando-lhes a riqueza das várias disciplinas, dos campos de conhecimento e das artes. O que dizer de um currículo de Ensino Médio que terá apenas duas matérias obrigatórias? Aquelas que permitirão aos jovens operar como trabalhadores dóceis e acrílicos, além de melhorar os índices nos exames de larga escala? Como se não bastasse, a redução operada, tal currículo amesquinhado deverá organizar-se priorizando as competências em detrimento dos conteúdos de cada área de conhecimento (Vera Lúcia Bazo, Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE - SC). (Apud. MOTTA, SILVA e BARBOSA, 2023, p. 7 e 8)

Essas considerações, que fique claro, foram feitas por acadêmicos, pesquisadores da educação, formadores de profissionais... É como ir ao hospital consultar um médico e ignorar

todas as suas recomendações e ouvir as opiniões de pessoas que visitam os doentes tratados por tal médico. Controvérsias essas que se pretendeu apontar juntamente com alguns dilemas e perspectivas baseadas na posição dos autores já citados, Cury, Reis e Zanardi, (2018) que depararam com a necessidade de “refletir conjuntamente” sobre o que envolve a elaboração da BNCC, apresentando ao público “não apenas os debates em torno dela como também algumas questões e críticas” (p. 7), consideradas por eles de grande importância para a continuação da discussão sobre o documento. Escolhi dois dos cinco pontos de seu sumário. Sendo estes o primeiro e o segundo capítulos do livro antes de observarmos algumas competências e habilidades difundidas na própria BNCC.

Por uma BNCC democrática, federativa e diferenciada, entenderam os autores, que “a proposta de um currículo escolar de dimensão nacional se cruza com a evolução e a importância da educação escolar, sobretudo a chamada primária, elementar, primeiro grau ou fundamental, mas não só, entendida como direito do cidadão e dever do Estado.” (2018, p. 17-18), de modo a levantar a primeira relação dessa interseção: uma base única e o conceito de cidadania. Novamente, faz-se necessário lembrar o quanto o país é grande, “plural e complexo”, nem sempre agradando a todos. Nessa direção, o que é democracia? E cidadania?

A cidadania é, pois, a capacidade de participar autonomamente dos destinos de uma comunidade, alargando o raio dessa participação, podendo um governo postular também o de ser governante. Muitas foram, contudo, as lutas para que essa definição simples e inteligível, desde Aristóteles, fosse se fazendo presente na consciência e na prática das nações. (CURY, REIS e ZANARDI, 2018, p. 19)

Se a democracia é entendida como o tipo de governo no qual o povo exerce a soberania, nada em um país democrático deve ignorar as necessidades e a vontade desse povo, e onde a cidadania é definida como as obrigações e direitos dos indivíduos para viverem em uma sociedade, esses mesmos cidadãos devem receber/criar/desenvolver ferramentas que lhes permitam ocupar seus lugares. Uma BNCC sem a devida consulta a seus pares pode gerar conflitos e discordâncias, sobre o que os alunos dessa faixa etária necessitam, em suas realidades; e sobre qual é a realidade do corpo docente, e sobre as escolas disponíveis (nem toda comunidade há uma escola).

A professora L. L. Bastos (em uma conversa informal) sobre sua preparação para uma série de palestras para a Secretaria de Educação de Governador Valadares (MG), sustenta que a BNCC não é um currículo, e sim, “é um documento de referência para a construção de currículos de todas as escolas do país. A proposta da Base vai definir até 60% dos currículos

das escolas, que devem construir seus currículos e PPPs com os mesmos conteúdos da BNCC.”

Como a própria Base diz:

A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).” (BRASIL, 2017, p. 7).

E sobre o conceito de currículo, a professora Lo-Ruama Bastos argumenta que “é o caminho para garantir esses direitos e objetivos. São as propostas e estratégias para guiar o que acontece em sala de aula. Cury, Reis e Zanardi, autores de Base Nacional Comum Curricular dilemas e perspectivas (2018) dizem que “o currículo seria, então, o saber objetivo organizado e sequenciado de maneira a possibilitar seu ensino e sua aprendizagem ao longo do processo de escolarização.” (p. 93) E que “o conhecimento científico, bem como o artístico e o filosófico, que devem ser considerados na organização do currículo juntamente com sua vinculação às exigências teóricas e práticas da formação dos homens.” (ibid). Ou seja, para a normatização de uma base para a educação brasileira, o essencial é considerar a ciência, a arte e a filosofia como os seus fundamentos, como as colunas de suas sustentações e toda a estrutura de suas paredes e coberturas, onde o saber humano se abriga.

Quais foram os documentos normativos mais importantes até chegar à BNCC ou que auxiliam na sua eficácia? Vejamos como a Secretaria de Educação Básica faz uma sintetização dos mesmos:

Atualmente, os documentos que norteiam a educação básica são a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional em 26 de junho de 2014. Outros documentos fundamentais são a Constituição da República Federativa do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente. (BRASIL, 2018. Acesso em: 13/06/2023)

O que são algumas dessas siglas e o que representam/significam para a importância, credibilidade e valor da BNCC? O que seria esse Compromisso Nacional pela Educação Básica? O então secretário Janio Macedo³ de Educação Básica do MEC afirma que: “O objetivo é impulsionar a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação para

³ Janio Macedo foi Secretário de Educação Básica. Ele assumiu a Secretaria de Educação Básica com a chegada do Ministro Abraham Weintraub no MEC. Funcionário aposentado do Banco do Brasil, onde trabalhou por 34 anos, Macedo já ocupou cargos no executivo na área de economia. Antes de chegar ao MEC, era secretário adjunto de Gestão e Desempenho de Pessoal, ligada à Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital.

jovens e adultos e tornar o Brasil referência na América Latina até 2030.” (BRASIL, 2018, Coletiva de Imprensa em 11/07/2019). O secretário, também, argumenta que esse tipo de compromisso deve se tornar política de Estado, que é: “quando uma política pública é criada de forma estruturada, pensada por diferentes setores da sociedade, com grande apoio social, robustez e orçamento para ser executada a longo prazo e ela se mantém independente das trocas de governo, ela passa a ser considerada uma política de estado.” (BARÃO, RESEGUE e MONTEIRO, 2022, Acesso em: 13/06/2023). Ao menos sabe-se que a BNCC terá vigência a longo prazo. E esse compromisso, tomado no ano seguinte à aprovação do texto final da Base, 2019, pode-se tornar o observador poderoso na implantação e execução da mesma.

Nesse mesmo *site* citado, temos a afirmação de que esse Compromisso segue com o apoio do Consed - Conselho Nacional de Secretários de Educação dos Estados e do Distrito Federal, fundado em 1986, e que tem como tantas finalidades “a integração das redes estaduais de educação e a participação dos estados na construção das políticas nacionais, além da colaboração entre as unidades federativas.” e dizem mais: “A pluralidade de ideias é uma das marcas do Consed e o objetivo comum de seus integrantes é a Educação Pública de Qualidade”. (CONSED, Acesso em: 13/06/2023).

Outra entidade envolvida e apoiadora da Base é a Undime - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, também fundada em 1986 e com sede em Brasília, diz o seguinte em seu portal virtual:

Logo, quando o tema é educação pública, a Undime está sempre presente. Seja na educação infantil, de jovens e adultos, campo, indígena, quilombola, ensino fundamental, alfabetização, educação inclusiva ou na educação para a paz. Temas como carreira e formação dos trabalhadores em educação, gestão democrática, políticas públicas sociais, articulação com os governos, a sociedade, a família, a criança e o jovem estão constantemente em pauta (...) respeita e representa a diversidade do país, ao reunir os gestores dos 5.568 municípios brasileiros. O objetivo é buscar e repassar informação e formação a todas as secretarias municipais de educação, dirigentes e equipes técnicas. Com intuito de melhorar a qualidade do trabalho desenvolvido, a Undime mantém contato com sindicatos, confederações, associações, organizações não governamentais, movimentos sociais, redes e demais entidades da sociedade civil, que tenham interesse no processo educacional. (UNDIME, 2019. Acesso em 13/06/2023)

Essa apresentação sobre aquilo que a Undime representa e defende parece comungar com o que aqueles que defendem, ou, até mesmo com aqueles que criticam a Base, apontam como seria a verdadeira visão sobre a educação na qual o país deveria se inspirar. Ou pelo menos como um princípio que deveria ser adotado ao se pensar em produzir educação. Pergunta-se, então: onde se rompeu a cadeia de informação e cooperação entre essas entidades e os autores do texto da terceira versão da Base, que causou tanta comoção e insatisfação?

A Lei nº 9.394 é a Lei das Diretrizes Curriculares Nacionais diz respeito às “normas e procedimentos obrigatórios para a Educação Básica; são discutidas, concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação, o CNE”, as quais “auxiliam na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas”. (BRASIL, 2018). E, de acordo com o site, “mesmo depois que o Brasil elaborou a BNCC as Diretrizes continuam valendo porque os documentos são complementares: as Diretrizes dão a estrutura; a Base o detalhamento de conteúdos e competências.” (ibid)

Por último, entre siglas e entidades envolvidas com a Base, fala-se dos PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais - e do CNE - Conselho Nacional de Educação, que foram substituídos pela BNCC. O CNE tem “por missão a busca democrática de alternativas e mecanismos institucionais que possibilitem, no âmbito de sua esfera de competência, assegurar a participação da sociedade no desenvolvimento, aprimoramento e consolidação da educação nacional de qualidade.” (BRASIL, 2018). Percebe-se que essas poucas siglas e instituições citadas e em suas apresentações se colocam como auxiliadoras, apoiadoras e intermediárias entre/para a sociedade e responsáveis - indivíduos ou entidades - no intuito de buscar uma orientação necessária à educação do país.

Voltemos a Cury, Reis e Zanardi (2018), antes de entrarmos na área dos gêneros digitais dentro da BNCC. No capítulo quatro, os autores problematizam a “correlação entre a BNCC e as Educação das novas gerações” (p. 101). Considerando as tantas versões da Base, resultantes das disputas envolvidas, eles observaram que o poder público foca muito no que as crianças virão a ser, “porém, centrando pouco nas especialidades das crianças no presente.” (p. 103). Esse detalhe ‘especialidades das crianças no presente’ será um dos pontos para discussão dos gêneros digitais, mais detalhadamente nos memes.

Parece haver um abismo entre uma afirmação e outra, mas a intenção é despertar para o fato de que essas crianças e adolescentes de hoje estão recebendo uma educação baseada nessas diretrizes, as quais querem sugerir a exploração de competências e habilidades que incluem esse gênero em especial, o digital. Mas o que estes alunos estão sendo capazes de apreender desse mundo digital, que, segundo o professor Leffa (2022), vem da luz (computadores, celulares e outros afins)?

Então, o que a BNCCEM pensou sobre o ensino e a aprendizagem desses alunos que estão na transição do Ensino Fundamental para o EM tem a ver com desenvolvimento das

competências e habilidades que serão melhor esclarecidas nas próximas páginas. Na página 466 da BNCC está o seguinte:

O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, direito público subjetivo de todo cidadão brasileiro. Todavia, a realidade educacional do País tem mostrado que essa etapa representa um gargalo na garantia do direito à educação. Para além da necessidade de universalizar o atendimento, tem-se mostrado crucial garantir a permanência e as aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas demandas e aspirações presentes e futuras. (BRASIL, 2018)

Sendo a etapa final daquilo que chamamos de Educação Básica, pensa-se que esses alunos vão estar caminhando para o que para muitos será a vida escolar/acadêmica. Nessa fase, espera-se que os alunos tenham absorvido o máximo das matérias previamente estudadas no EF (Ensino Fundamental) que lhes capacitem uma compreensão de mundo, principalmente as suas linguagens multimodais. E esse direito é ‘público subjetivo’ de todo cidadão. Mas o que quer dizer direito público subjetivo? Veja o que diz no Canal do Educador, de acordo com a Profa. Amélia Hamze, que escreveu para a coluna Política Educacional e sob o título Direito Educacional e o Direito à Educação do *site*:

A Educação é direito público subjetivo, e isso quer dizer que o acesso ao ensino fundamental é obrigatório e gratuito; o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público (federal, estadual, municipal), ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. (2022)

A questão da irregularidade e da responsabilidade da autoridade competente, apesar de não ser o foco deste trabalho, deveria ser um dos principais elementos observados pela sociedade, porque o que importa é o direito de os alunos terem a finalização dessa etapa de suas vidas estudantis. Se é nessa etapa que serão exploradas todas as competências específicas e habilidades conscientizadoras desses cidadãos, não se pode ignorar o que eles têm direito. Quando não preparado, esse caminho não pode oferecer a “capacitação” necessária para um letramento que auxiliaria esses estudantes a terem melhores condições de lutarem por um futuro melhor e/ou alcançar o que lhes demanda a alma. Veja o que a BNCC aponta como aprendizagens essenciais:

...definidas na BNCC do Ensino Médio estão organizadas por áreas do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) ... para cada área do conhecimento, são definidas competências específicas, articuladas às respectivas competências das áreas do Ensino Fundamental, com as adequações necessárias ao atendimento das especificidades de formação dos estudantes do Ensino Médio. Essas competências específicas de área do Ensino Médio também devem orientar a proposição e o detalhamento dos itinerários formativos relativos a essas áreas... com o objetivo de consolidar, aprofundar e ampliar a formação integral, atende às finalidades dessa etapa e contribui para que os estudantes possam construir e realizar seu projeto de vida, em consonância com os princípios da justiça, da ética e da cidadania. (p. 469-471)

Acredita-se que, para que esses alunos se tornem capazes de construir e realizar seu projeto de vida, e de forma justa, eles vão precisar de um mínimo de letramento atualizado, digital. Sabe-se que os alunos, ao saírem do EM, são destinados (sim, destinados) a tomarem o caminho da universidade, quando lhes for dada essa oportunidade, ou serão obrigados a se lançarem no mercado de trabalho para que possam viver suas vidas adultas com certa dignidade e cidadania. Pensando nessa necessidade de saber o significado das coisas já aprendidas e das que serão aprendidas, na área das linguagens e suas tecnologias, a BNCC diz que seu foco:

(...) está na ampliação da autonomia, do protagonismo e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais, **e no uso criativo das diversas mídias**(...) Dessa maneira, possibilita aos estudantes ampliar sua compreensão sobre a vida, o nosso planeta e o universo, bem como sua capacidade de refletir, argumentar, propor soluções e enfrentar desafios pessoais e coletivos, locais e globais(...) uma vez que promove seu desenvolvimento pessoal e social, por meio da consolidação e construção de conhecimentos, representações e valores que incidirão sobre seus processos de tomada de decisão ao longo da vida. Dessa maneira, o projeto de vida é o que os estudantes almejam, projetam e redefinem para si ao longo de sua trajetória, uma construção que acompanha o desenvolvimento da(s) identidade(s), em contextos atravessados por uma cultura e por demandas sociais que se articulam, ora para promover, ora para constranger seus desejos. (grifo nossos) (BRASIL, 2018, p. 470-472)

Vejamos as tais competências, de que tanto se fez menção até este momento, que fazem parte dos planos de aula, de sequências didáticas da atualidade e que foram adequadas para o EM, daquelas articuladas no EF. Antes, vejamos o que a BNCC diz, diretamente, sobre as tecnologias digitais, suas transformações e cultura digital na vida dos jovens, que será o foco dessa finalização de capítulo.

Tanto a computação quanto as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) estão cada vez mais presentes na vida de todos, não somente nos escritórios ou nas escolas, mas nos nossos bolsos, nas cozinhas, nos automóveis, nas roupas etc. Além disso, grande parte das informações produzidas pela humanidade está armazenada digitalmente. Isso denota o quanto o mundo produtivo e o cotidiano estão sendo movidos por tecnologias digitais, situação que tende a se acentuar fortemente no futuro. Essa constante transformação ocasionada pelas tecnologias, bem como sua repercussão na forma como as pessoas se comunicam, impacta diretamente no funcionamento da sociedade e, portanto, no mundo do trabalho (...)

- mundo digital: envolve as aprendizagens relativas às formas de processar, transmitir e distribuir a informação de maneira segura e confiável em diferentes artefatos digitais – tanto físicos (computadores, celulares, tablets etc.) como virtuais (internet, redes sociais e nuvens de dados, entre outros) –, compreendendo a importância contemporânea de codificar, armazenar e proteger a informação(...) No Ensino Médio, por sua vez, dada a intrínseca relação entre as culturas juvenis e a cultura digital, torna-se imprescindível ampliar e aprofundar as aprendizagens construídas nas etapas anteriores. Afinal, os jovens estão dinamicamente inseridos na cultura digital, não somente como consumidores, mas se engajando cada vez mais como protagonistas. Portanto, na BNCC dessa etapa, o foco passa a estar no reconhecimento das potencialidades das tecnologias digitais para a realização de uma série de atividades relacionadas a todas as áreas do conhecimento, a diversas práticas sociais e ao mundo do trabalho. (p. 473-474)

A BNCC considera que o jovem deve sair capacitado a dominar essas linguagens: é “imprescindível ampliar e aprofundar aprendizagens construídas nas etapas anteriores...” (ibid). Em se tratando de cultura digital, essa geração atual está protagonizando não só o rumo de suas vidas, mas o rumo em que as tecnologias deverão seguir. Para exercer a mudança, nessa dinâmica entre tecnologias, futuro e cidadania, a Base atualiza as competências específicas de linguagens e suas tecnologias do EF para o EM. Observa-se em duas das sete competências o que é dito sobre tecnologias digitais e gêneros.

1 - Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.

- Essa competência específica indica que, durante o Ensino Médio, os jovens devem desenvolver uma compreensão e análise mais aprofundadas e sistemáticas do funcionamento das diferentes linguagens. Além disso, prevê que os estudantes possam explorar e perceber os modos como as diversas linguagens se combinam de maneira híbrida em textos complexos e multissemióticos, para ampliar suas possibilidades de aprender, de atuar socialmente e de explicar e interpretar criticamente os atos de linguagem.

7 - Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva”

- Essa competência específica diz respeito às práticas de linguagem em ambiente digital, que têm modificado as práticas de linguagem em diferentes campos de atuação social. (BRASIL, 2018, p. 490-496)

Faz-se necessário escolher algumas palavras e/ou expressões que fazem parte das sete competências para se chegar ao fim desse primeiro capítulo. Na primeira competência, expressões como “compreender o funcionamento”, “mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discurso,” “diversas mídias,” “ampliar(...) o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica” nos leva ao âmago da questão, em que o aluno, considerando os gêneros digitais, precisa, não apenas saber como usar tecnologia, e aqui deve-se lembrar que muitos deles acabam ensinando os professores as funcionalidades de aplicativos e até mesmo celulares e *tablets* (considerando o advento da pandemia, as aulas virtuais tomaram de surpresa inúmeros professores, despreparados nessa área). Em outras palavras, são mais que *experts* no funcionamento dessas tecnologias e também na leitura dos signos (alfabéticos ou não) que envolvem todos os arquivos inumeráveis de informação que a internet, por exemplo, disponibiliza, globalizadamente. Precisam saber identificar os discursos nos enunciados, precisam definir os gêneros utilizados. Para isso precisam ter experiência que

vai além dos botões dos celulares e computadores. Precisam de um *background* linguístico, social, político, artístico e cultural. (VOLÓCHINOV, 2017).

Em “O que é virtual”, Pierre Lévy (2014) afirma: “Um movimento geral de virtualização afeta hoje não apenas a informação e a comunicação, mas também os corpos, o funcionamento econômico, os quadros coletivos de sensibilidade ou o exercício da inteligência.” (p. 11) e Dominique Maingueneau (2013), ao analisar textos de comunicação argumenta: “a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido, mas nada garante que o que ela *reconstrói coincida com as representações do enunciadador.*” (p. 22). Então, para esses jovens, é de vital importância entender o que está à sua volta. A sua capacidade crítica não será aferida por saber ler ou escrever, ou apenas interpretar o significado do enunciado. Em tempos de *Fake news*, a simples decifração dos conceitos é um risco que não deve ser ignorado. A falta de uma análise do discurso adequada pode levá-lo, não só à ignorância, mas sim ao erro crasso, com prejuízo.

Cury, Reis e Zanardi (2018) escreveram: “a educação escolar é uma forma de viabilizar esta vida cidadã nos espaços (...) que garanta os princípios da igualdade e da liberdade.” (p. 48). sobre isso, temos ainda a afirmação de Freire (1987) sobre o fato de que, ao preparar esses jovens para uma vida que lhes proporcione construir uma narrativa vitoriosa: “A tônica da educação é preponderantemente esta – narrar, sempre narrar.” (p. 38). Freire lutava contra a injustiça, contra a educação que ele chamava de “bancária”, na qual o educando só recebia os “depósitos” e repetições que eram “arquivadas” mecanicamente. “Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem.” (p. 39). E mais: “Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber.” (ibid).

Nos tempos atuais, mais do que nunca na história da humanidade, o risco de ser um cidadão vazio de conteúdos úteis na sua luta pela cidadania, e na construção da sua própria narrativa, deve-se evitar o “simples arquivamento” em absoluto. Sempre foi necessário preparar a criança para uma vida adulta, o jovem para as responsabilidades, e nem sempre lhes foram entregues ferramentas para tais incumbências. Não podemos ser ingênuos, muitos argumentos contra a BNCC advêm da visão de que há fraquezas nas ferramentas oferecidas. Aprende-se de tudo (tudo mesmo) através das tecnologias digitais. Há monstros escondidos nas suas superfícies, o que dir-se-á das profundezas! Na *dark web*. O letramento digital só é alcançado

quando os alunos são capazes de, criticamente, interpretar e explicar a realidade, qualquer que seja ela, no presente momento da construção de sentido, na construção da narrativa.

A segunda competência, apesar de não estar transcrita, há mais evidências quanto à intenção desse trabalho, pois ela envolve relações de poder nas práticas sociais de linguagem, diversidades e pluralidades de ideias, princípios e valores democráticos, igualdade... direitos humanos. E, em seguida, o exercício do autocontrole, da empatia, do diálogo, resolução de conflitos e cooperação. Para quê? O combate a qualquer tipo de preconceito. Em sala de aula, deve-se analisar e observar os discursos envolvendo os tópicos acima. Há, no mundo virtual, um zumbido de insatisfações sociais sendo deflagradas, combatidas e denunciadas no mundo. Pelo tom subjetivo de postagens esse zumbido parece se aproximar de uma praga de proporções apocalípticas, e parece ser ignorado pela insistência dos deseducadores. Homens e mulheres incapazes de respeitar o próximo e eles serão os responsáveis pelo rompimento da represa do inconformismo, que, historicamente, foi o estopim para as revoluções.

A história de pretos sofrendo humilhação por séculos de escravização, de povos e tribos inteiras sendo trazidos à força, arrancados de seus lares, por não serem considerados humanos, está sendo disponibilizada no meio digital e a impunidade ao longo dos séculos, também é mostrada. E para se falar de igualdade entre humanos seria necessário considerar que alguns ainda mantêm velhos hábitos de verem os outros como humanoides, animais, menos inteligentes que os de pele branca. Então, a única explicação para o racismo e o preconceito deveria ser a ignorância, mas boa parte da sociedade já possui acesso a informações, largamente, se não totalmente ao alcance dos interessados, nesse mundo virtual que, ora é ignorado, ora é explorado de forma errônea e ora evitado. O que nos traz à escola e à necessidade de educar e moldar as pessoas a terem o mínimo de empatia. Temos postagens (linguagem digital) que nos remetem ao ano de 1958, de crianças levadas do Congo para a Bélgica, trancadas em jaulas, e exibidas⁴ como animais. É desse tipo de situação que os adultos ensinavam a uma criança branca que ela não poderia brincar com uma criança preta, alegando que não eram iguais. Outro desserviço da ignorância é a xenofobia, o fato de os novos vizinhos serem excluídos, porque vieram de um outro lugar (qualquer), pois até mesmo os do Norte e Nordeste do Brasil sofrem esse ataque. E como se explica o fato de que em salas de aula o *bullying* não é dizimado? Caso fosse possível, expor-se-ia memes sobre todos esses pontos

⁴ 598 pessoas, incluindo 273 homens, 128 mulheres e 197 crianças, ficaram expostas durante a Expo 58 (UOL, 17/04/2018).

apresentados. Além de memes, há vídeos⁵ nas redes sociais de cidadãos comuns, deputados, familiares e até mesmo médicos dizendo que os LGBTQQICAAPF2K+ arruinaram a sociedade. Existem memes positivos e negativos. Educadores e aqueles que deveriam ser proibidos. Existem publicações e publicações.

Na competência 3, por certo encontram-se alguns *highlights* que entram nessa “crítica” não necessariamente contrária, pelo menos não por todos os elementos que a Base oferece. A utilização das linguagens no exercício, autônomo, diga-se de passagem, colaborativo e protagonista na vida social e pessoal dos alunos. Já as questões da crítica e da criatividade, ética e solidariedade foram incluídas para a defesa dos pontos de vista, sem que os pontos discutidos da competência 1 sejam desrespeitados. A utilização das linguagens deve seguir a ampla e comprometida educação dos jovens. Para que seja a manifestação de uma cidadania inclusiva, politicamente crítica, mas inclusiva, socialmente crítica, mas inclusiva, historicamente crítica e absolutamente revolucionária, para que os erros não persistam. Entretanto, considerando a natureza humana, que não está em discussão, sabe-se que o coletivo é composto de indivíduos, que nem sempre oferecem consciências harmoniosas. Por isso esses jovens devem se tornar capazes de interpretar e analisar discursos vistos/lidos/ouvidos para que a sua retransmissão seja evolucionária, e não retardatária e muito menos repressora.

Ao problematizar o acesso ao texto, Marcuschi, no ano de 2009, apontou um culpado: as formas como o texto era apresentado, dizendo que nos anos iniciais é “desorganizado” linguisticamente, que esses textos careciam de coesão e que causavam um “baixo rendimento do aluno” (p. 53). O autor esclareceu que havia mudanças surgindo, através do MEC e, apesar de o texto ser anterior à Base, ele dá uma boa notícia para a época, ao afirmar que: “Já se cuida mais da presença de uma maior diversidade de gêneros, de um tratamento mais adequado (...) da variação linguística, bem como de um tratamento mais claro da compreensão.”(ibid). De acordo com o autor, havia certa ideia de que a escola devia ensinar apenas o texto “na modalidade escrita”. Nota-se que naquele momento Marcuschi queria esclarecer a necessidade da fala (gêneros orais) estar(em) presente(s) nos currículos escolares e que “os aspectos formal e comunicativo estejam bem conjugados(...)” (ibid). Diante do tipo de conteúdo que a escola deve ensinar e a discussão atual sobre gêneros digitais e a escola, Marcuschi (2009) escreveu o seguinte:

(...) o que a escola pode oferecer ao aluno? Considerando que a capacidade comunicativa já se acha muito bem desenvolvida no aluno (...) o tipo de atividade da

⁵ https://www.tiktok.com/@nikolasferreirafc_/video/7008645406909402374

escola não deve ser ensinar o que ele já sabe. Nem tolher as capacidades já instaladas na interação. Assim, a resposta pode ser dada na medida em que se postula que a escola não ensina língua, mas usos da língua e formas não corriqueiras de comunicação escrita e oral. O núcleo do trabalho será com a língua no contexto da compreensão, produção e análise textual (...) o trabalho em língua materna parte do enunciado e suas condições de produção para entender e bem produzir textos. Sem esquecer a língua, essa mudança do foco iria do significante à significação. Do enunciado à enunciação. Da palavra ao texto e deste para toda a análise e produção de gêneros. É uma forma de chamar a atenção do aluno para a real função da língua na vida diária e nos seus modos de agir e interagir. (p. 55-56)

E, considerando que este trabalho está se falando de jovens que saíram do EF e estão sendo conduzidos para o EM e língua/linguagem nos contextos de sua compreensão, a produção e análise textual serão a chave para a boa cidadania almejada pela Base e para o uso dos gêneros digitais aqui discutidas.

Para mudar para outra competência, entende-se, como Marcuschi, que se fala sem a necessidade de explicar cada componente da fala, pois seu entendimento está intrínseco na própria linguagem e seu uso (p. 57). Sendo assim, ler uma reportagem ou um *outdoor* sobre o meio ambiente, ou em uma outra semiose qualquer, em que o aluno deva ser capaz de compreender e reproduzir, de *redesign*, vamos usar um idiomatismo: para quem sabe ler, um pingão é letra.

Sem mais delongas, observa-se as competências 4, 6 e 7. Compreender que em cada região pode haver uma forma diferente de falar, que há uma historicidade por detrás de um modo de expressar determinados dizeres, apreender as diferentes culturas e respeitá-las, considerando que cada comunidade possui sua própria dinâmica de mostrar sua identidade, mesmo sendo plural em todas as formas, todas essas assimilações são necessárias ao jovem, não apenas por conhecimento, mas para desenvolver em cada um deles o respeito para com as produções autorais e serem capazes de (como já mencionado acima, *redesign* - (re)construir) ao exercerem seu próprio protagonismo. E a competência 7 tem o principal elemento que, ligando todas as outras, direciona ao foco deste trabalho, o universo digital. E já se inclui o meme como o astro do texto.

Um jovem estudante do EM que já está familiarizado com as competências e habilidades desenvolvidas no EF, chega agora na multi-encruzilhada do aprendizado. Seu entendimento amadureceu e se tornou apto a oferecer uma “aparência” daquilo que querem desenvolver para o futuro. Responsabilidade vem com o fazer, pois não há espaço ao desrespeito e a alteridade entra em cena como uma das mais importantes companheiras de sucesso. Ao se deparar com qualquer tipo de semiose ou manifestação linguística, qualquer texto e contexto, o jovem usará

toda sua pré-estabelecida biblioteca de informações para transitar até o outro lado da enunciação.

Percebe-se, pelas habilidades específicas de cada competência, o que cada jovem no EM poderá lançar mão na produção do seu protagonismo. Não será citado aqui cada uma delas, mas algumas que podem colaborar para o foco do trabalho, como por exemplo:

(EM13LGG101) Compreender e analisar processos de produção e circulação de discursos, nas diferentes linguagens, para fazer escolhas fundamentadas em função de interesses pessoais e coletivos.

(EM13LGG102) Analisar visões de mundo, conflitos de interesse, preconceitos e ideologias presentes nos discursos veiculados nas diferentes mídias, ampliando suas possibilidades de explicação, interpretação e intervenção crítica da/na realidade.

(EM13LGG103) Analisar o funcionamento das linguagens, para interpretar e produzir criticamente discursos em textos de diversas semioses (visuais, verbais, sonoras, gestuais).

EM13LGG104) Utilizar as diferentes linguagens, levando em conta seus funcionamentos, para a compreensão e produção de textos e discursos em diversos campos de atuação social.

EM13LGG105) Analisar e experimentar diversos processos de remediação de produções multissemióticas, multimídia e transmídia, desenvolvendo diferentes modos de participação e intervenção social. (BRASIL, 2018, p. 491)

Linguisticamente, as habilidades citadas acima, pertencentes à competência 1, em si, já seriam uma excelente direção a tomar com relação ao universo digital pretendido. Como a terceira parte deste trabalho envolve uma sequência didática sobre memes, a compreensão dos processos de produção e circulação serão de grande importância, principalmente os discursos, pois, parte das atividades, servirá para avaliar os jovens em suas concepções coletivas e individuais. Apoiando-se no círculo bakhtiniano, o Portal Educação vai dizer que a linguagem é reflexo do pensamento que o indivíduo tem do mundo, como instrumento de comunicação, como objeto de interação humana (s/a, s/d). Observa-se, também, algumas norteadoras de como “o ato é ato no confronto com outros atos, de outros sujeitos.” e “o outro representa a intersubjetividade - outro sujeito, o outro da linguagem.” (BRAIT, et. al. 2016a, p. 36 e 156) e que “... fora de seu contexto ideológico completo e único não apresenta nenhum valor cognitivo.” e mais: “os valores aos quais (...) se prende nos permitem compreender a sua função ideológica.” (BRAIT, et. al. 2016b, p. 103 e 108). Outra contribuição da autora Beth Brait é que “o enunciado (...) é concebido como unidade de comunicação, como unidade de significação, necessariamente contextualizado.” e que “outro índice substancial do enunciado é o fato de *dirigir-se* a alguém, de estar voltado *para o destinatário* (...) que pode ser um destinatário resumido (...) que esfacela fronteiras de espaço e de tempo.” e que há “marcas da enunciação de um sujeito, de um lugar histórico e social, de uma posição discursiva, que circula

entre discursos e faz circular discursos.” (BRAIT. et. al. 2016c. p. 63, 71 e 72). E, no que diz respeito à teoria dialógica do discurso, mais especificamente, sobre o seu “embasamento constitutivo diz respeito a uma concepção de linguagem de construção e produção de sentido necessariamente apoiadas nas relações discursivas empreendidas por sujeitos historicamente situados” (BRAIT. et. al. 2016d, p. 10).

No que diz respeito à segunda competência, há uma habilidade, particularmente necessária, a que “relações de poder e perspectiva de mundo nos discursos das diversas práticas da linguagem” (BRASIL, 2018, p. 492). O que se deseja explorar quanto ao meme é se os alunos são capazes de distinguir essas relações de poder ao observarem os textos, ou seja, o criador do meme fez uma crítica a alguém ou algum discurso. Nessa análise, deve-se observar se é possível perceber perspectivas gerais ou objetivas sobre a vida desses jovens. Vejamos duas das habilidades da competência específica 3:

(EM13LGG302) Posicionar-se criticamente diante de diversas visões de mundo presentes nos discursos em diferentes linguagens, levando em conta seus contextos de produção e de circulação. (EM13LGG303) Debater questões polêmicas de relevância social, analisando diferentes argumentos e opiniões, para formular, negociar e sustentar posições, frente à análise de perspectivas distintas. (BRASIL, 2018, p. 493)

Num mundo como o de hoje, onde, raramente, se encontram jovens sem um celular em mãos, e quando os assédios são proliferados com a rapidez e a violência de uma bomba, e que a luta das minorias tem se mostrado mais necessárias, esses jovens precisam exercitar o seu posicionamento para que haja protagonismo de qualidade, para que suas leituras não sejam maculadas por fanatismos de qualquer espécie, que ao perceberem um discurso em um meme que sejam capazes de ler e compreender de forma segura. Cabe aos professores explorarem práticas que aprimorem a forma desse posicionamento, para que não sejam calados, entretanto, com respeito.

As competências específicas da Base para o EM, ao tratar das linguagens e suas tecnologias,

(...) prevê que os estudantes desenvolvam competências e habilidades que lhes possibilitem mobilizar e articular conhecimentos desses componentes simultaneamente a dimensões socioemocionais, em situações de aprendizagem que lhes sejam significativas e relevantes para sua formação integral(...) (p. 481)

A construção dessas dimensões socioemocionais tem tudo a ver com a atualidade. Não apenas a questão do gênero escolhido para esse trabalho, mas, considerando todos os acontecimentos após as eleições de 2022, que mostram a urgente necessidade de se ter uma inteligência emocional melhor desenvolvida para evitar de se acreditar não apenas em *fake*

news, mas também de se respeitar o diferente. Muitos memes foram produzidos nesse período, não apenas por seu viés cômico, mas havia uma “delação” de todas as facetas da política com suas deficiências, hipocrisias, passados comprometidos e posicionamentos nada “politicamente corretos”. E é nessa fase que

(...) os jovens intensificam o conhecimento sobre seus sentimentos, interesses, capacidades intelectuais e expressivas; ampliam e aprofundam vínculos sociais e afetivos; e refletem sobre a vida e o trabalho que gostariam de ter. Encontram-se diante de questionamentos sobre si próprios e seus projetos de vida, vivendo juventudes marcadas por contextos socioculturais diversos. (p. 481)

e muitos desses questionamentos foram apresentados através desses gêneros digitais. Vajamos abaixo:

Por ser um período de vida caracterizado por mais autonomia e maior capacidade de abstração e reflexão sobre o mundo, os jovens, gradativamente, ampliam também suas possibilidades de participação na vida pública e na produção cultural. Eles fazem isso por meio (...) de redes de mídia da internet (...) a análise das manifestações (...) linguísticas e de como essas manifestações constituem a vida social. (p. 481)

A abstração e reflexão sobre o mundo em que vivem e como devem observar o que os outros pensam e falam desse mundo (manifestações artísticas, discursos, etc.) pode indicar que caminho tomar para a realização de planos de vida, pode mostrar de onde foi soprado determinado discurso, pode manifestar radicalismos, e é por isso que na página seguinte da BNCC há um tópico indicando outra responsabilidade do EM: “a responsabilidade de propiciar oportunidades para a consolidação e a ampliação das habilidades de uso e de reflexão sobre as linguagens (...)” (p. 482), pois, certamente, como já dito, esses jovens necessitam de todas as ferramentas preparadas para enfrentarem o futuro cada vez mais sombrio.

Os memes podem parecer, de imediato, algo simples, até mesmo vulgar, mas se a Base vem preparando esses jovens alunos para essa “batalha” sócio-emocional-cultural e política, é porque já está provado que nessa fase, se não houver tal preparo, não haverá igualdade e nem justiça.

3. MEME: UM GÊNERO EM DESTAQUE

A partir deste momento, falaremos de meme, o enunciado de meme, a análise do gênero meme e suas possibilidades. Entretanto, seria impossível seguir adiante sem lidar com definições e possíveis datas de seu aparecimento, suas funções sociais e pedagógicas. Alguns trabalhos científicos servirão como instrutores na área da evolução dos memes e dos próprios conceitos que foram amadurecendo de acordo com o uso e com os veículos de distribuição, assim como a evolução dos gêneros envolvendo as tecnologias e letramentos que devem ser acionados. Particularmente, enquanto este estudo se desenvolvia, foi possível perceber as etapas de desenvolvimento dos conceitos tanto quanto certa frustração de alguns pesquisadores ao perceberem para o quê o meme pode ser usado e com que violência ele pode afetar as comunidades e indivíduos. Isso porque em dois trabalhos específicos pude sentir certa frustração dos autores entre o que escreveram a quinze ou vinte anos atrás com o rumo que o estudo dos memes os levaram, e os motivos são mais que preocupantes. Faço essa ressalva baseada no que Michele Knobel e Colin Lankshear escreveram em seu ‘pós-escrito em 2018’, ao revisarem um artigo sobre meme escrito no ano de 2005, afirmam que:

Muitos memes contemporâneos parecem ser consequência de ideologias e espaços de afinidades já consolidados. Em vez de precisar de ganchos para se agarrar às pessoas e infectar suas mentes com ideias, as ideias **já ocupam seu lugar**. O meme *on-line* apenas afirma isso e marca uma divisão entre “pessoas como nós” e “outras pessoas.” (CHAGAS, 2020, p. 121)

Esse comentário reestruturou toda a expectativa sobre a pesquisa com os memes e seu uso em sala de aula. Pois os autores, ao fazerem a comparação com a propagação de vírus no corpo humano, observaram que os memes infectam pessoas que acabam compartilhando do mesmo pensamento de quem propôs o meme. E, mais do que antes, decidiu-se que a pesquisa desse objeto de comunicação deve ser feita mais profundamente, de agora em diante. Entretanto, antes que mergulhemos na análise dos resultados de uso dos memes, vejamos o surgimento e adequações dos conceitos de meme, juntamente com uma breve cronologia.

Como base conceitual e teórica, será utilizado, principalmente, os conceitos do livro “A cultura dos memes - aspectos sociológicos e dimensões políticas de um fenômeno do mundo digital (2020), organizado por Viktor Chagas⁶ “(...) que reflete a diversidade de abordagens e

⁶ Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro associado do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD). Doutor em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (Cpdoc-FGV), foi bolsista de Pós-Doutorado Junior (CNPq) em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Líder do coLAB (Laboratório de Pesquisa em Comunicação, Culturas Políticas e Economia da Colaboração) e coordenador do projeto #MUSEUdeMEMES.

interesses que atravessa o desenvolvimento recente do campo.” (p. 18). Segundo o autor, o termo meme foi “(...) cunhado em 1976, pelo biólogo Richard Dawkins⁷, em seu livro *O gene egoísta* (p. 23), e mesmo que nem sempre ligada à “compreensão do fenômeno”. Ele explica: “Uma vez que o conceito meme é anterior ao próprio surgimento da internet, estamos interessados em compreender se, e como é possível reconhecer alguma mudança no modo como o conceito é estudado face à popularização das redes sociais *on-line*.” (p. 23) Para Dawkins pareceu lógico, como biólogo, pensar no meme da internet como os “genes da cultura”, que, se replicam, trazendo em si as informações adequadas para sua contaminação. (p. 25) Então, memes são:

(...) ideias... modos de pensar e fazer que competem entre si (...) são selecionados naturalmente, de forma que as crenças mais bem aceitas(...) mais razoáveis(...) que têm maior apelo entre as pessoas, são as que se disseminam com maior eficácia(...) como a teoria dos rumores. (ibid)

Dawkins também acreditava que a analogia era pertinente, porque seguia o princípio das três propriedades dos genes: “a fidelidade - ou seja, a capacidade de se replicar, de forma idêntica; a fecundidade - capacidade de gerar múltiplas réplicas de si mesmo; e a longevidade - capacidade de perdurar no tempo.” (ibid). Os autores Knobel e Lankshear (2020, p. 121) anos mais tarde vão dizer que a longevidade dos memes “deram lugar à sua sustentabilidade através dos números”, pois a sua propagação é mais importante do que a sua vida útil. São tão passageiros quanto o interesse de certo grupo naquele exato momento de seu compartilhamento. E mais, se você não entende ou não tem afinidades com o discurso do tal meme, o sujeito pode ser excluído daquele grupo. Para os usuários atuais, os memes se multiplicam sim, mas veremos que não mais levando as mesmas características que as concepções originais. O meme vai sendo ressignificado, remixado, *redesigned*. Exigindo do leitor/aluno maior uso de seus letramentos. A velocidade com que as mensagens, textos e memes disponibilizados e discutidos na *internet* é sempre uma surpresa, pois alguns assuntos podem mudar de roupagem, podem ser levados a outros grupos de discursos diferentes, mas com a mesma estética ou *vice-versa*, podem aderir a imagens diferentes, com os mesmos discursos, exigindo dos leitores/alunos uma atividade mais multifacetada. Isso tem a ver com a pedagogia dos multiletramentos, que, segundo Kleiman, “exigem do leitor e produtor de textos cada vez mais competências e capacidades de leitura.” (2014, p. 81), contrariando a estrutura dawkiniana. Quando se pensa em usar memes

⁷ Richard Dawkins é um biólogo evolucionista e etólogo, um dos principais nomes do ateísmo no mundo. Nascido no dia 26 de março de 1941, Clinton Richard Dawkins é proveniente de Nairobi, no Quênia. Após concluir seus estudos básicos, formou-se em zoologia no Balliol College, em Oxford, em 1962. Seguindo carreira como pesquisador, conquistou os títulos de Mestre e Doutor. Foi professor da Universidade da Califórnia, onde lecionou zoologia entre 1967 e 1969 e em 1970 retornou a Oxford, se aposentando em 2008. “Criador” do conceito meme.

em sala de aula, pensa-se na interdisciplinarização, penso na habilidade sugerida pela BNCC⁸, que após as eleições de 2022 com todas as suas *fake news*, tornou ser de vital importância a suplantação dos discursos danosos à boa convivência social. Para Viktor Chagas “memes são entendidos como ações, comportamentos ou artefatos.” (2020, p. 27), o que dá a entender que essas ações podem ser colaboradoras da evolução dos que compartilham, mostram o que pensam esses mesmos atores, e que, como artefatos, podem servir de “quadro negro e giz, cinzel e martelo” e, o mais incrível, podem se tornar em uma batuta, regendo multidões em seus pensares. Há uma gama de instrumentos que podem levar o homem ao crescimento intelectual, a uma percepção espiritual elevada ou a uma cruzada por dias mais confortáveis. Penso na escola como um dos veículos onde muitos instrumentos podem ser utilizados e a *internet* deve ser uma batuta do bem, que precisa de maestros afetuosos e responsáveis. Observemos algumas habilidades generalizadas que vão contribuir com esse raciocínio:

(...) os jovens, ao explorarem as possibilidades expressivas das diversas linguagens, possam realizar reflexões que envolvam o exercício de análise de elementos discursivos, composicionais e formais de enunciados nas diferentes semioses(...) Assim, propostas de trabalho que potencializem aos estudantes o acesso a saberes sobre o mundo digital e a práticas da cultura digital devem também ser priorizadas, já que, direta ou indiretamente, impactam seu dia a dia nos vários campos de atuação social e despertam seu interesse e sua identificação com as TDIC. Sua utilização na escola não só possibilita maior apropriação técnica e crítica desses recursos, como também é determinante para uma aprendizagem significativa e autônoma pelos estudantes. (BRASIL, 2018, p. 486 e 487)

Num país tão grande como o Brasil, que tecnologicamente é bastante adiantado e ao mesmo tempo com uma enorme parcela da população mal escolarizada, letramento digital e letramento impresso estão atrelados ao analfabetismo. (KLEIMAN, 2014). De acordo com a autora, a derrubada das fronteiras geográficas através do mundo digital, dá ao seu usuário, “mobilidade e livre trânsito” e sem as censuras sociais, abrindo os caminhos para novas identidades, ou, nas palavras dela “recomposições identitárias” através informações infinitas, mas que não podem suplantam algumas barreiras impostas por algumas instituições, e a escola é uma delas, que deve devolver a esses usuários a realidade crua de que não se tornaram onipotentes. E, justamente nesse sentido que a internet não deve conferir ao estudante essa enganosa sensação de onipotência é que o letramento digital deve ser ministrado. Não está sendo sugerido algemas para as mãos e nem vendas para os olhos, muito menos tapumes para os ouvidos, pelo contrário, pensa-se que o ensino deve oferecer conteúdo que levem os alunos a perceberem instrumentos atualizados para a construção de luvas para melhor lidar com a

⁸ (EM13LGG202) Analisar interesses, relações de poder e perspectivas de mundo nos discursos das diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e verbais), compreendendo criticamente o modo como circulam, constituem-se e (re)produzem significação e ideologias. (BRASIL, 2018, p. 492)

sensibilidade da diversidade cultural, óculos e lupas e microscópios para enxergarem os benefícios da rede e seus ‘vírus’ letais, e, encerrando a analogia, fones de ouvidos poderosos para que o menor dos ruídos não atrapalhe nenhuma nota musical.

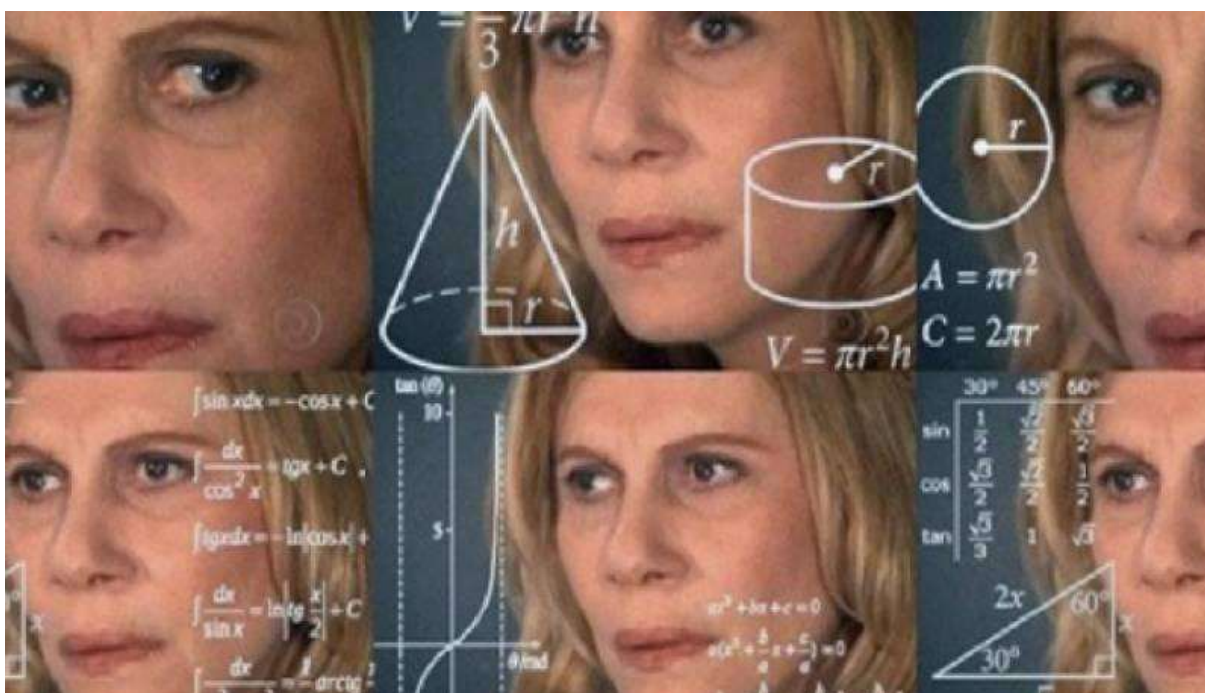
Voltando às definições e características dos memes, vejamos algumas mais difundidas pela memética. De acordo com Chagas (2020, p. 26), o filósofo Daniel C. Dennett consolidou o modelo de meme como sendo evolucionista e competitivo entre si, pois “competem entre si pelos recursos de nossas mentes... nossa (limitada) capacidade de armazenar e acionar... ideias (...)” (parênteses nossas). Ou seja, se há limitações, somente os memes mais fortes, em suas características particulares, é que sobrevivem dentro de nós, que somos seus hospedeiros. Segundo S. Blackmore (1999 e 2000, apud CHAGAS et al., 2020, p. 27) “(...) é importante compreender as condições adaptativas que os memes estão legados e, mais que isso, chama atenção para o fato de que os memes não apenas se difundem nesse ambiente, mas também por meio dele.” e seriam essas as bases que fariam a ligação entre a memética e o estudo de Comunicação. E, para Blackmore, a memética não era orientada pelos humanos e sim pelos próprios memes, por isso considerados hospedeiros.

Chagas (2020) ao apresentar conceitos sobre meme lança mão do argumento de outra autora, Limor Shifman (2014b, apud. CHAGAS, 2020, p. 36-38), que argumenta que essa memética se desenvolveu através de três vertentes distintas:

- A memética mentalista, que seria o viés mais fiel às ideias de Dawkins que dizia que memes poderiam ser ideias, textos e práticas humanas e pode ser disseminado/carregado em “diferentes veículos, e que “os memes independem de suas manifestações, para existir, já que se configuram como instâncias virtuais.” (p. 27)
- A memética comportamentalista (ou behaviorista), segundo a qual os memes seriam mais que ideias e sim como “ações, comportamentos e artefatos.” como já dito anteriormente, e que nesse viés, e que a maneira como serão difundidos passa a importar, pois memes e os veículos seriam indistinguíveis, e que “os memes dependem dos meios para existir.” E esses meios são importantes, porque cada “comunidade” que esse meme vai atravessar estará “atravessada por contextos sociais, históricos, culturais diferentes.” (ibid)
- Aí tem a terceira vertente, a inclusiva, que nada mais é que vai alternar as duas abordagens anteriores, que admite os “memes” como qualquer peça informacional copiada por processos imitativos.

Essas ideias foram incluídas apenas para nos dar uma visão geral de como os memes foram se consolidando e formatando ao longo do tempo.

Outra característica dos memes é que organizam “a experiência humana por meio de representações coletivas (...) como conteúdos que circulam pelas mídias sociais(...) trazem embutidos elementos da metacomunicação (“Isto é uma piada”) explícitos na própria linguagem e estética propositadamente grosseira.” (CHAGAS, 2020, p. 31) Eles são contagiosos, tanto através do mundo virtual quanto cara a cara, “formulam discursos e constituem espaços de afinidade a partir de experiências trocadas *on-line*.” São considerados práticas sociais, mas tendem a depender de sua qualidade para serem chamados de cultura, propagam informações e “influência”. E quando se fala do aspecto interdisciplinar, ousou dizer que pode ser usado em todas as matérias escolares. Vejamos alguns:



Memes com Nazaré Tedesco bombam em dia de prova⁹

A reportagem acima citada fala de memes nas provas do ENEM, e neste, em particular, temos a foto de uma atriz/personagem com fórmulas sobrepondo as expressões de preocupação. E a interação dos usuários da plataforma Twitter foi, em sua maioria, outros memes mostrando

⁹ Meme utilizado pelo portal de notícias G1 Educação, na matéria Memes e zoeira no Twitter marcam o dia do Enem com matemática, física, química e biologia. Nesse meme, as fotos bastante expressivas da atriz Renata Sorrah, que na novela Senhora do Destino - 2004-2005, da Rede Globo deu vida à personagem Nazaré Tedesco, considerada pelos telespectadores completamente louca e sem limites.

desespero, preocupação e drama. Quando se trata de memes com um discurso debochado, inescrupuloso ou insano, a personagem Nazaré tem sido destaque. Esse exemplo tem como razão mostrar que um meme pode ser usado em qualquer contexto. O meme pode ser intertextual, pode ser articulado de forma intelectual, tem a ver com consumo, são dinâmicos, aparecem na política (e aqui temos outro motivo para preocupação, pois podem ser usados como propagadores de notícias falsas - *fake news*. Memes podem mostrar em sua zoeira, “uma identidade nacional brasileira”. CHAGAS, 2020, p. 34)

Nos estudos dos memes trazem temas como sociologia e filosofia, psicologia, subjetividade e cognição, redes sociais, contágio e difusão, sociologia dos afetos e emoções, teoria das narrativas e linguagem, estética, design e cultura popular, letramento e educação, comunidades virtuais e subculturais, marketing e consumo, internet e política. Esses tantos temas apontados no livro em questão, considerando que, segundo o organizador, foi feito um mapeamento “não exaustivo.” (p. 49) Com relação à cronologia das pesquisas sobre memes para o livro, CHAGAS (2020) escreve:

(...) podemos identificar (...) três gerações de pesquisas relacionadas aos estudos sobre os memes compreendidas a partir de três intervalos históricos. O primeiro, entre 1976 e 2001, compreende os 25 primeiros anos de produção sobre o tema, com discussões voltadas a uma compreensão das propriedades dos memes, que culminou no desenvolvimento da assim chamada memética. O segundo período, entre 2001 e 2011, situa o desenvolvimento inicial dos estudos sobre memes da internet, com a disputa de significados em relação ao conceito criado por Dawkins. E o terceiro, a partir de 2011, é caracterizado por um conjunto de estudos aplicados que utilizam os memes como objetos de pesquisa para o desenvolvimento de questões relacionadas a outros campos. (CHAGAS, 2020, p.50 e 51)

Nesses estudos, houve uma predominância do tema política, mas o autor admite que essas áreas temáticas foram se alterando com o tempo. Embora nós humanos sejamos os usuários e propagadores dos memes, Limor Shifman, uma das colaboradoras do livro afirma que

Para esse livro, uma das mais importantes sugestões é feita por Rosaria Conte (2000), para quem devemos tratar as pessoas não como **vetores** de transmissão cultural, mas como **atores** por trás desse processo. A disseminação de memes (...) é baseada em agentes intencionais com poderes de tomada de decisão: normas sociais, percepções e preferências são cruciais nos processos de seleção memética. A representação de pessoas como agentes ativos é essencial para compreender memes de internet, particularmente quando seu significado é dramaticamente alterado no curso da difusão memética.” (p. 81)

Isso porque os conceitos foram amadurecendo e mesmo para alguns usuários, memes são qualquer coisa que propague repentinamente, que se alastre pelo país da noite para o dia, mas segundo a autora, “refletem estruturas sociais e culturas profundas.” (p. 82) e que estamos na era da Web 2.0.

A ilustríssima Angela Kleiman (2014, p. 74) assegura que “partir do conhecimento prévio e da cultura do aluno é importante, mas ficar nele, sem avançar no tema, torna tanto aula como professores irrelevantes.” É necessário que os conteúdos em sala de aula sirvam para capacitadores que possam alavancar o entendimento dos mesmos, para que sejam capazes de compreender aquilo que está fora do mundo limitado de cada um. Memes oferecem a oportunidade para treinar críticas. Mas não criticar de forma a denegrir ou desqualificar. Criticar o conteúdo, analisar o discurso, apreender a informação. Também oferecem a chance para se informarem e saberem, pelo hábito de ler, se essas informações são nocivas, verdadeiras ou frutíferas. Além de serem, em sua maioria, humorísticos, os memes ativam uma pluralidade da memória arquivada de seus leitores/usuários. Podem trazer criatividade em seu design e em seu redesign. “Dialogar e produzir entendimento mútuo (...)” ((EM13LGG204) BRASIL, 2018, p. 492).

“Dada a complexidade das relações sociais (...) atividades de linguagem não podem mais ser apenas de um letramento básico de conhecimento de leitura e escrita no nível da alfabetização, é preciso que seja uma criação ativa de significado, a fim de promover mudanças consideráveis no ambiente.” (PAIVA e GOMES, 2021). Comungo com a citação acima porque a convivência no meio digital está se tornando uma dimensão sem critérios éticos. Nossos alunos são os novos professores do futuro, são os novos profissionais que vão, não só produzir conteúdo, mas também, julgar o que é feito em prol da evolução da sociedade e o que está deturpando o direito. Os autores acima vão dizer que “o ambiente de ensino e aprendizado desenvolvido pelo professor precisa destacar onde o aluno deve dirigir sua atenção e se engajar na produção de sentido.” (ibid) É de vital importância que o aprendizado sofra mudanças. que crie novos signos e significados. Ao falar de “questões de estilística no ensino da língua” (2013, 2ªed) Mikhail Bakhtin diz que “o aluno se pergunta: para que preciso saber fazer... se não entendo seu objetivo?” (p. 25)

Em se tratando de sala de aula, no ambiente presencial ou virtual, a necessidade de lhes mostrar o objetivo de forma acessível, de qualquer disciplina, se torna crucial. Mestre Bakhtin, em outro livro falando de gêneros do discurso, escreveu:

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multifacetada atividade humana e porque em cada campo dessa atividade vem sendo elaborado todo um repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que tal campo se desenvolve e ganha complexidade. (2016, 2ª ed. p. 12)

O gênero meme é uma parte do gênero midiático que vem se multiplicando a cada novo dispositivo eletrônico ou a cada aplicativo desenvolvido para os aparelhos móveis que são utilizados aos bilhões no globo terrestre, por esses humanos multifacetados. “Acreditamos que em uma sociedade do conhecimento, como a do mundo contemporâneo do século XXI, em que muitas informações circulam na cultura digital que nos cerca, constantemente, os memes, por exemplo, exercem representação sobre como o professor é visto.” (LIMA, SILVA e CIRÍACO, 2020, p. 8) só para mostrar que os professores, também, se tornaram memes.



<https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcR6vAR-nQf3XwrokigGK-nxIpc7ZhuNPxuuNg&usqp=CAU>

Ora para ser criticado, ora para ser comparado com outros, ora para ser defendido. Há sempre outros motivos para se fazer o meme. E para o encerramento das definições de meme neste trabalho, vejamos o que mais esses autores vão dizer, de forma mais atualizada, o que vem a ser um meme:

Meme é uma pequena informação transmitida. Apesar de que seu significado seja imitação, ele não se restringe à tal. A transmissão, ou “replicação” dos memes é na verdade, mais que uma simples transmissão cérebro a cérebro. É uma forma de expressar algo, de explicitar fatos que nos cerca, além de caracterizar um novo modo de expressão. (CANDIDO E GOMES, 2018, pg. 1301)

Escolheu-se os memes porque podem exibir um discurso inteiro em apenas uma foto, ou acrescentar informações contraditórias em seu *redesign*, ou apontar a sutileza de uma subversão. Colocando dessa forma, parece não haver novidade na construção ou reconstrução de qualquer manifestação semiótica anteriormente estudada. “Jamais se deve minimizar a

extrema heterogeneidade dos gêneros discursivos (...) No processo de sua formação incorporam e reelaboram diversos gêneros... que se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata.” (BAKHTIN, 2017A, p. 15) Com isso não quero mostrar o óbvio da transitabilidade entre gêneros, mas a importância de que os alunos tenham conhecimento para perceber as distinções entre eles, que por vezes é sutil. Os alunos se identificam com os memes que compartilham e criam e mesmo assim, essa identificação fica também a cargo da coletividade. Em gêneros padronizados, dificilmente se vê a individualidade do enunciador. E o enunciatário se conforma com a breve semelhança do reflexo do texto/discurso/gênero consigo mesmo.

Memes são generalizados em suas piadas e em seus humores ácidos, ainda assim, as pessoas se veem representadas neles. Ou percebem que alguém deu voz a seus próprios pensamentos, coisa que talvez ele (esse leitor) não tivesse coragem de fazer, ou percebe que não teria a criatividade para criar tal meme, ou, quem sabe, se vê ofendido pelo que viu naquele enunciado. De qualquer forma, é necessária memória para que uma ou todas essas opções acima sejam acionadas. Há um bombardeio de discursos, (CHAGAS, 2020, p. 153) incessantemente, através dos gêneros digitais mais do que em todas as eras anteriores. É uma mega avalanche. Vê-se que muitos alunos têm informações parciais, certezas parciais, meias convivências em relação a muitas dessas manifestações discursivas, porque não pesquisam de forma adequada o que estão vendo ou lendo.

Nas eleições de 2018, foi compartilhado nas redes sociais um meme da então candidata a vice-presidência, Manuela D’Ávila, aos pés da cruz de Cristo, com dedo em riste, dizendo: “Nem você pode me impedir de subir a rampa do Palácio da Alvorada.” E uma outra postagem, que conseguiu-se recuperar, onde aparece a candidata com uma camiseta escrita “Jesus é travesti”¹⁰. Quando a verdadeira frase de sua camiseta era “rebele-se”. É necessário o incentivo à pesquisa, que nesse caso vai mostrar inúmeras postagens sustentando que a frase dita “aos pés” da cruz fora *redesigned* a partir de uma entrevista com John Lennon¹¹ quando este disse que “os *Beatles* eram mais populares que Jesus.”

¹⁰ <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/05/a-fake-news-do-whatsapp-de-bolsonaro-pode-ser-combatida>

¹¹ John Lennon (1940-1980) foi um músico inglês, líder e guitarrista da maior banda de rock de todos os tempos, Os Beatles. John Winston Lennon nasceu em <http://ajusticeiradeesquerda.blogspot.com/2018/10/comprova-inscricao-jesus-e-travesti-na.html>
<https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/montagem-de-inscricao-sobre-jesus-na-camiseta-de-manuela-davila-volta-a-circular-nas-redes/>

Notícias, informações e memes falsos são como um incêndio na floresta. Algumas jamais se recuperam. As que se recuperam não podem trazer à vida os animais e insetos e pássaros que morreram durante o incêndio e depois por falta de alimento. Algumas podem ser plantadas e continuar com o *status* de floresta, mas jamais serão as mesmas de antes. Se continuarmos ensinando que devemos ter certeza antes de falar e o que deve ser feito para que se tenha a certeza, mesmo que com simples memes, talvez, consigamos evitar alguns dos desentendimentos causados por essas situações. Para Bakhtin os enunciados pretendem ser verdadeiros em si, mas quando se trata da comunicação (em todas as suas instâncias) as relações vão além daquilo que é puramente linguístico, envolvem a realidade, envolve os sujeitos envolvidos e os enunciados apreendidos. (BAKHTIN, 2016, p. 73) Receio parecer que sugiro uma educação que impede o aluno de expressar sua singularidade, ou de censurar a sua criatividade. Não. Não estou sugerindo repetir amordaçamentos. Sugiro que ensinemos, e também aprendamos, a perceber de onde vem as memórias e como elas interferem no nosso apreender novos enunciados e como colocá-las em prática no momento da observação dos discursos alheios. Somos dotados das lembranças familiares, religiosas, sociais, acadêmicas. A humanidade parece viver uma urgência de falar e se recusa ouvir com a necessária atenção. Precisamos aprender a ensinar a coerência que vai além da construção textual, pois “Todos os memes (...) são capazes de existir em camadas (...) há inúmeros submemes (...) o estilo do fundo, o formato (...) o posicionamento (...) o comportamento do meme é um conjunto variado de práticas” (CHAGAS, 2020, p. 149).

Já falamos que não importam as mixagens que os memes sofrerão a cada vez que um usuário resolver imprimir o seu próprio discurso com sutilezas ou agressivamente quando levamos em conta a mensagem visual imediata de um meme. Se for analisado e comparado com o meme original, podemos perceber os discursos que nele/por ele circulam. Uma questão de responsabilidade sobre memes é a atribuição a um autor. Ora os direitos autorais são exigidos e isso em si é parte do meme, ora a não necessidade de atribuição, também será parte do meme. (CHAGAS, 2020, p. 154).

Xitlally Rivero Romero e José Ivanhoe Vélez Herrera dão à reprodução de um meme o nome de rimeme, um meme que se reproduz em outro meme. E chamam o meme de que tratamos até aqui de imeme, como dizem, somente para diferenciá-los da ideia de meme

Liverpool, na Inglaterra, no dia 9 de outubro de 1940. Em 1960, o grupo Moondogs, formado por John Lennon ganhou o nome de Beatles. No dia 8 de dezembro de 1980, John Lennon foi atingido por quatro tiros nas costas. Sua morte causou a maior comoção da história do pop-**rock**.

segundo Dawkins, e o seus estudos sobre as imemes (os autores preferiram sugerir o gênero feminino a essas imemes), vão adicionar um outro fator na interpretação e disseminação dos(as) (i)memes: o *software*, colocando-o como um dos responsáveis, por exemplo, por aqueles memes que mais aparecem nas *trends* dos navegadores da internet. Com o advento da transferência imediata de informações recebidas pelas páginas de aplicativos, por exemplo, o *software* é programado para uma abordagem mais numérica: quantas vezes foi compartilhado, quantas curtidas recebeu aquela postagem, *hashtags*, ou, em casos mais discretos, quantas visualizações ocorreram. Não pretendo seguir por esse caminho neste momento, mas, deve-se pelo menos considerar que, além de saber interpretar mensagens, em qualquer que seja a semiose, o jovem precisa considerar que algumas serão impostas pela própria tecnologia digital. Ryan M. Milner vai dizer que memes são “artefatos predominantes em uma era de ostensiva mídia participativa... são artefatos simbólicos multimodais criados, circulados e transformados por incontáveis participantes culturais mediados.” (2020, p. 182) Incontáveis discursos, incontáveis histórias e experiências que nós, que anteriormente fomos chamados de hospedeiros de memes, carregamos. E daremos a esses memes engajamento, investimento e atenção.

4. SEQUÊNCIA DIDÁTICA

“Compreender os memes *online* bem-sucedidos pode contribuir para identificar as limitações de concepções estreitas de letramento e novas tecnologias em sala de aula. Pode também ajudar a compreender novas formas de participação social e influência na vida cotidiana.”

(Michele Knobel e Colin Lankshear)

4.1. Apresentação da situação

Com a(s) turma(s) reunida(s) o(a) professor(a) explicará aos alunos a atividade, suas interdisciplinaridades (se for aplicado por mais de uma disciplina, mostrar aos alunos onde cada conteúdo trespassa ou permeia disciplinas estudadas) e todo processo planejado, incluindo conceitualizações e levantamento adequado se cada um deles possui, pelo menos, um celular em mãos para consultas e pesquisas. Nesse momento deve-se dividir a(s) turma(s) em grupos de no máximo 5 e no mínimo 3. Nesses grupos deverá ser observado a heterogeneidade necessária, pois pontos como: gêneros devem ser diversificados, equilíbrio entre os que possuem todos os materiais adequados e aqueles que só possuem celulares (em alguns casos certos alunos nem mesmo celular possuem) e disponibilidade para se reunirem fora dos horários das aulas. Procurar explorar o máximo das habilidades abaixo inseridas.

4.1.1. Habilidades da BNCC que serão exploradas

(EM13LGG101) Compreender e analisar processos de produção e circulação de discursos, nas diferentes linguagens, para fazer escolhas fundamentadas em função de interesses pessoais e coletivos.

(EM13LGG102) Analisar visões de mundo, conflitos de interesse, preconceitos e ideologias presentes nos discursos veiculados nas diferentes mídias, ampliando suas possibilidades de explicação, interpretação e intervenção crítica da/na realidade.

(EM13LGG103) Analisar o funcionamento das linguagens, para interpretar e produzir criticamente discursos em textos de diversas semioses (visuais, verbais, sonoras, gestuais).

(EM13LGG105) Analisar e experimentar diversos processos de remediação de produções multissemióticas, multimídia e transmídia, desenvolvendo diferentes modos de participação e intervenção social.

(EM13LGG201) Utilizar as diversas linguagens (artísticas, corporais e verbais) em diferentes contextos, valorizando-as como fenômeno social, cultural, histórico, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso

(EM13LGG202) Analisar interesses, relações de poder e perspectivas de mundo nos discursos das diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e verbais), compreendendo criticamente o modo como circulam, constituem-se e (re)produzem significação e ideologias

(EM13LGG203) Analisar os diálogos e os processos de disputa por legitimidade nas práticas de linguagem e em suas produções (artísticas, corporais e verbais).

(EM13LGG204) Dialogar e produzir entendimento mútuo, nas diversas linguagens (artísticas, corporais e verbais), com vistas ao interesse comum pautado em princípios e valores de equidade assentados na democracia e nos Direitos Humanos.

(EM13LGG301) Participar de processos de produção individual e colaborativa em diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais), levando em conta suas formas e seus funcionamentos, para produzir sentidos em diferentes contextos.

(EM13LGG302) Posicionar-se criticamente diante de diversas visões de mundo presentes nos discursos em diferentes linguagens, levando em conta seus contextos de produção e de circulação.

(EM13LGG303) Debater questões polêmicas de relevância social, analisando diferentes argumentos e opiniões, para formular, negociar e sustentar posições, frente à análise de perspectivas distintas.

(EM13LGG304) Formular propostas, intervir e tomar decisões que levem em conta o bem comum e os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global.

(EM13LGG305) Mapear e criar, por meio de práticas de linguagem, possibilidades de atuação social, política, artística e cultural para enfrentar desafios contemporâneos, discutindo princípios e objetivos dessa atuação de maneira crítica, criativa, solidária e ética.

(EM13LGG401) Analisar criticamente textos de modo a compreender e caracterizar as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, cultural, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso.

(EM13LGG402) Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de língua adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso, respeitando os usos das línguas por esse(s) interlocutor(es) e sem preconceito linguístico.

4.2. Projeto coletivo de criação de memes

A sequência didática se destina aos estudantes do 1º ano do EM. A escolha do 1º ano recai sobre a urgente necessidade de trabalhar o gênero meme no período etário em que os alunos passam pela transição do EF para o EM, não ignorando a experiência já obtida nos anos fundamentais. A partir de três etapas seguidas de dois tipos distintos de avaliação, o trabalho desenvolvido servirá para uma melhor compreensão nas fases de criação do meme, pontos-chaves que o tornaram viral e o discurso desejado. O professor, como mediador, deverá oferecer todas as informações necessárias para a execução do mesmo. Como se trata de um trabalho envolvendo gêneros digitais, a interdisciplinaridade poderá servir como oportunidade para trabalhos com outros professores. Entretanto, cada professor deverá processar as respectivas avaliações de forma particular e individual, mesmo que no decorrer das avaliações todos os professores debatam sobre o percurso observado. No caso desta sequência, sua principal disciplina seria a de Língua Portuguesa, na qual serão explorados gêneros textuais e midiáticos e suas características específicas. A norma padrão da língua e as variações linguísticas e suas adequações, juntamente com apoio teórico farão parte dos módulos da sequência.

4.2.1. Autor:

Pítias Lóring Paula Marins

4.2.2. Disciplina:

Língua Portuguesa

4.2.3. Série:

1º ano do EM

4.2.4. Número de aulas previstas:

5 aulas de 45/50 minutos (Uma dessas aulas deverá ocorrer na sala de computadores da escola; na apresentação do trabalho pode haver necessidade de uma 6ª aula)

4.2.5. Tema:

Memes

4.2.6. Conteúdos:

Análise linguística e de discurso de memes previamente escolhidos

Criação de memes segundo observações feitas sobre os memes estudados

Críticas acadêmicas sobre os memes produzidos

4.3. Objetivos gerais

Analisar os efeitos de memes já disseminados nas redes sociais através dos comentários de seguidores. A análise deve gerar discussão. Entretanto, deve ser evitada a polarização da turma. O trabalho servirá para colocar em prática competências da BNCC que explorem ética, direito, respeito mútuo, protagonismo, pluralidade e compreensão.

Analisar, além do conteúdo visual (cores, imagens e formatos) os textos (verbais e não verbais), se houver e a construção discursiva. Dar preferência a memes que discutam algum evento que faça parte da realidade da escola, comunidade e vida dos alunos.

Praticar a compreensão do gênero e suas finalidades.

4.3.1 Objetivos específicos

Ao estudar a construção discursiva do meme, capacitar os alunos a perceberem os sentidos produzidos pelo texto.

Discutir a liberdade das redes sociais e os limites que cada um deve respeitar ao comentar qualquer postagem que seja, não apenas em meio aos pares imediatos, mas diante da sociedade de um modo geral.

Levar os alunos a pesquisar todos os contextos dos memes escolhidos. O professor pode usar alguns de sua própria escolha como modelos, desde que sejam direcionadores e jamais obrigatórios. Pois a liberdade, também, será discutida como direito e dever.

Como cidadãos, os alunos deverão ser capazes de comentar sobre os aspectos sócio-históricos e ideológicos.

Apresentar ideias e soluções sobre conteúdos problematizados em seus memes

4.4. Conhecimentos prévios

Manuseio dos gêneros, tecnologia (celular será uma das ferramentas de pesquisa)

4.5. Desenvolvimento das atividades

4.5.1. 1ª aula

45/50 minutos

Apresentação do professor sobre o gênero e exemplos.

Escolha da plataforma de onde os memes serão analisados.

Escolha de 3 a 5 memes conhecidos e com discursos distintos em formatos semelhantes (e/ou) formatos distintos com o mesmo discurso.

Dividir os grupos, observando a heterogeneidade.

4.5.2. 2ª aula

45/50 minutos

Debate sobre as características dos memes escolhidos, previamente, dentro da expectativa da atividade.

Nesta aula, os alunos deverão trazer anotações avaliativas para serem discutidas e devem estar dentro dos padrões pré-estabelecidos na primeira aula, de acordo com a explicação do professor, ao apresentar a situação da atividade, (essas anotações deverão ser individuais, pois assim poderá apresentar alguma interdiscursividade cultural.

Cada aluno deverá apontar alguma ideia facilitadora para problemas observados. (ex: se em um dos memes houver um apelo e discurso racista, o aluno deverá apresentar uma possível atitude por parte da sociedade, escola, site, etc.)

4.5.3. 3ª aula

45/50 minutos

Esta aula deveria acontecer dentro do laboratório de computação, com a direção do professor de TI, onde serão oferecidas aos alunos práticas de construção de memes. (todo aparato cibernético necessário).

Elaboração de um esboço dos memes que serão compartilhados nas redes sociais.

4.5.4. 4ª aula

45/50 minutos

Debate sobre a finalização dos memes, já em grupos.

Postagem dos memes em redes sociais, previamente estabelecidas. Considerando que uma das características do meme é a viralização, haverá um espaço de tempo mais estendido entre a 4ª e a 5ª aulas.

4.5.5. 5ª aula

45/50 minutos

Apresentação dos relatórios finais, quando os grupos deverão informar quais memes circularam, observando curtidas, visualizações e, se possível, compartilhamentos.

4.5.6. 6ª aula

Caso seja necessário para a apresentação de grupos que não tiveram a oportunidade de apresentar na 5ª aula.

4.6. Produção final

Nesta fase, o professor usará a 5ª aula (e a 6ª aula se for o caso) para recolher os trabalhos escritos que deverão conter um relatório minucioso de cada etapa da atividade.

Relatório das fases com detalhes sobre as discussões dos primeiros memes, sobre as dificuldades e acertos na produção dos próprios memes e as discussões sobre os temas escolhidos. Esse relatório deverá ser coletivo, e deverá apresentar seus autores.

4.7. Avaliação

A avaliação do material produzido até a terceira aula deverá ser feita considerando todos os debates, até aquele momento.

4.7.1. Avaliação final

Esta será mais detalhada, porque além dos relatórios de cada grupo, o professor deverá conferir nas plataformas, mesmo que seja por amostragem, comentários para ter base na avaliação dos relatórios. O professor deverá observar a evolução analítica do aluno, como cada um lidou com os discursos, se foram capazes de apreender vozes discursivas e quais. Não deverá conter apenas a quantidade de vozes ou discursos. O aluno deverá explicar como concluiu suas observações; se houve uma retomada de memória, se determinado discurso faz parte da sua convivência familiar, se ouviu na escola, numa roda de amigos, na internet, etc. Essa avaliação deverá mostrar, claramente, todas as disciplinas envolvidas.

5. CONCLUSÃO

Ao planejar este trabalho pretendia-se se abster da crítica contra a BNCC e significar o meme na vida dos alunos, tendo em mente a intenção de prepará-los a mente e atitude diante de discursos distribuídos através de memes na internet. Entretanto, no processo de correção do TCC, foi necessário um “voo” mais alto sobre a reunião de Florianópolis que teve a fachada de uma consulta pública. Observa-se, foi usada a palavra ‘fachada’, e esse tipo de expressão deveria ser evitada na primeira instância. Não se tinha a pretensão de agir como crítico de um documento que, até então, era visto apenas como um guia para os envolvidos na educação e, principalmente, novos profissionais, carentes de inspiração para lecionar. A mudança aconteceu quando olhares mais perseverantes perceberam o posicionamento dos representantes dos bancos ou empresas - chamados de “o terceiro setor” - concordavam com o texto da BNCC, sem reservas, alegando a chance que os jovens terão “a possibilidade de atender a demandas específicas” (MOTTA, SILVA e BARBOSA, 2022, p. 8). Nas primeiras investidas sobre o texto citado esse discurso pareceu preocupado com o futuro dos alunos, mas um segundo olhar considerando as preocupações de profissionais da área de educação, os verdadeiros conhecedores dos percalços da mesma, pôde-se ver, claramente, a crítica sobre a Base que quer trabalhadores “dóceis e acrílicos” (p. 9). Os tais do terceiro setor até sugerem maiores investimentos nos professores e afins, mas depois de rever as situações em que cada falante da reunião vive ou defende, fica impossível a neutralidade. Esses pontos abordados acima são apenas dois dos tantos observados na polaridade dos que discutiram o texto final da Base. Olhos bem abertos a partir de então.

Quanto o uso de memes dentro de sala de aula, sem a pretensão de que esse seja o único e o mais importante dos gêneros, ficou claro, independente das discussões sobre a memética, que é um gênero altamente volátil e deve ser bem conduzido em sala de aula e com a devida seriedade, pois uma simples brincadeira através de um meme pode desencadear uma série de gatilhos psicoemocionais, caso não haja, da parte dos leitores/usuários, a devida instrução. Fica claro que os gêneros digitais são parte integralizada na vida dos cidadãos, o que exige da escola, lembrando as palavras do professor Leffa, uma investida séria no preparo de disciplinas para o uso da internet. Na sequência didática apresentada, na sua confecção, preferiu-se a simplicidade, deixando para sua execução em sala de aula o palco para um trabalho mais concreto em sua interpretação e análise do discurso. Todo o processo de criação e uso dos memes pode parecer corriqueiro, mas os poucos exemplos estudados para esse trabalho nos levam a perceber, como uma arma que não tem cara de arma pode ser letal.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Coordenação da tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. Tradução de Angela M. S. Corrêa... [et. al.]. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.
- BASTOS, Lo-Ruama L. **Letramento socioemocional: o hiato entre o esgotamento docente e o bem-estar escolar** (15min). YouTube, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pMU5d9HTRIo&list=LL&index=19&t=141s> Acesso: 12/06/2023
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de estilística no ensino da língua**. Tradução, posfácio e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Americo. 1ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora 34, 2019.
- BARÃO, Marcus. RESEGUE, Mariana. MONTEIRO, Wesla. **Políticas de Estado: o que são e por que precisamos delas**. Politize. 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/politicas-de-estado-o-que-sao-e-por-que-precisamos-delas-no-brasil/> Acesso em: 13/06/2023.
- BAWARSHI, Anis S. REIFF, Mary Jo. **Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino**. Tradução: Benedito Gomes Bezerra. [et. al.]. 1ª ed. São Paulo, Parábola, 2013.
- BRAIT, Beth; (org.). **Bakhtin dialogismo e polifonia**. 1ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016. a
- BRAIT, Beth; (org.). **Bakhtin e o círculo**. 1ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016. b
- BRAIT, Beth; (org.). **Bakhtin conceitos-chave**. 5ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016. c
- BRAIT, Beth; (org.). **Outros conceitos-chave**. 2ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016. d
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].
- BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. TODOS PELA EDUCAÇÃO. 2018. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/o-que-sao-e-para-que-servem-as-diretrizes-curriculares/> Acesso em: 13/06/2023

CAMPOS, Jonatas. **A fake news do WhatsApp do Bolsonaro pode ser desfeita.** BRASIL DE FATO. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/05/a-fake-news-do-whatsapp-de-bolsonaro-pode-ser-combatida> Acessada em: 06/07/2023.

CANDIDO, E. C. R.; GOMES, N. dos S. **Memes – Uma linguagem lúdica.** Revista Philologus, Ano, v. 21, 2018. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO21/63supl/092.pdf>. Acesso em: 26/06/2023.

CHAGAS, Viktor (org). **A cultura dos memes: aspectos sociológicos e dimensões políticas de um fenômeno do mundo digital.** Salvador: EDUFBA, 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização.** Tradução de Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 2ª Edição, São Paulo: Contexto, 2016.

CONSED. **Conselho Nacional de Secretários de Educação.** 1987. Disponível em: <https://www.consed.org.br/conteudos/sobre-o-consed> Acesso em: 13/06/2023.

CURY, Carlos Alberto Jamil. REIS, Magali. ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2018.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso.** 15ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido.** 17ª ed. 23ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

G1. **Memes e zoeira no Twitter marcam o dia de Enem com matemática, química, física e biologia.** 11/11/2018. 09:52h Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2018/noticia/2018/11/11/memes-e-zoeira-no-twitter-marcam-o-dia-de-enem-com-matematica-fisica-quimica-e-biologia.ghtml> Acesso em: 29/06/2023.

GASPARETTO, Antônio Junior. **Biografias. Richard Dawkins.** InfoEscola. 2006. Disponível em: <https://www.infoescola.com/biografias/richard-dawkins/> Acesso em: 29/06/2023.

HAMZE, Amélia. Política Educacional. **O Direito Educacional e o Direito à Educação**. Canal do Educador. 2022. UOL. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/o-direito-educacional-direito-educacao.htm#:~:text=A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20direito%20p%C3%ABablico,importa%20responsabilidade%20da%20autoridade%20competente>. Acesso em: 14/06/2023.

HYPENESS. **Memes**. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/> Acesso em: 22/06/2023

KLEIMAN, Angela D. C. B. R. de. (2014). **Letramento na contemporaneidade**. Bakhtiniana. Revista De Estudos Do Discurso, 9(2), Port. 72–91 / Eng. 78. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/19986> Acesso em: 28/06/2023.

LEFFA, V. J. **Letramentos digitais: da matéria para a luz. Letramentos digitais**. You Tube. (2022). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zDQA6oY-mKY>. Acesso em: 12/06/2023.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** Tradução de Paulo Neves. 2ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora 34, 2014.

MACEDO, Janio. Secretário de educação do MEC. **Compromisso Nacional pela Educação Básica**. Ministério da Educação. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/77991-mec-firma-compromisso-para-tornar-brasil-referencia-na-america-latina-ate-2030>. Acesso em: 13/06/2023.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução: Maria Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. 6ª ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 1ª ed. 16ª reimpressão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAKE BETTER MEMES. MAKE A MEE.ORG. Disponível em: <https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcR6vAR-nQf3XwrokigGK-nxIpc7ZhuNPxuuNg&usqp=CAU> Acesso em: 28/06/2023.

MEME: **O que é meme**. Significado. 2011. Disponível em: <https://www.significados.com.br/meme/> Acessado em: 10 de junho de 2023, às 16h50.

MOTTA, Lucas Gabriel. SILVA, Mônica Ribeiro da. BARBOSA, Renata Peres. **A BNCC do Ensino Médio: das controvérsias no processo de elaboração ao texto aprovado.** *Revista de Educação*, v. 3, p. 1-19, jan/dez. 2022.

PAIVA, F., GOMES, V. **Proposta de matriz de produção de infográficos na escola: explorando a paisagem multimodal do canva.com.** *Revista do Sell*. v.10, n. 2, 2021. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/sell/article/view/5895>
Acesso em: 20/07/2023

PENA, Rodolfo Alves. Terceiro setor. **Brasil Escola**. 2023. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/terceiro-setor.htm#:~:text=O%20Terceiro%20setor%20%C3%A9%20o,sociais%20sem%20objetivar%20o%20lucro>. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

PNLD. **Moderna explica.** Moderna. 2019. Disponível em: <https://pnld.moderna.com.br/modernaexplica-em/entenda-as-competencias-da-bncc-para-linguagens-e-suas-tecnologias/> Acesso em: 16/06/2023.

PORTAL EDUCAÇÃO. **A teoria bakhtiniana na concepção de linguagem atual.** 2009. Disponível em: <https://blog.portaleducacao.com.br/a-teoria-bakhtiniana-na-concepcao-de-linguagem-atual/> Acesso em: 19/06/2023.

SCHNEUWLY, Bernard. Dolz, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola.** Tradução e organização: Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

SIGNO, SIGNIFICANTE E SIGNIFICADO - **QUAL A DIFERENÇA.** Clube do Português. 28/02/2022. Disponível em: <https://www.clubedoportugues.com.br/signo-significante-significado/> Acesso em: 16/06/2023.

TIKTOK. **O ARCO-ÍRIS É NOSSO!** Nicolas Ferreira. 16/09/2021. Disponível em: <https://www.tiktok.com/@nikolasferreirafc/video/7008645406909402374> Acesso em 15/06/2023.

TWITTER. **@ManuelaDavila.** Disponível em: https://twitter.com/ManuelaDavila/status/1047144937345748994?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1047144937345748994%7Ctwgr%5E5e69add0346fa26e44c278b84768270694efd2e4%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.estadao.com.br%2Festadao-verifica%2Fmontagem-de-inscricao-sobre-jesus-na-camiseta-de-manuela-davila-volta-a-circular-nas-redes%2F Acesso em: 06/07/2023.

UNDIME. **União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação**. 2019. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/sobre-a-undime> Acesso em: 13/06/2023.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução, notas e glossário: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio Introdutório: Sheila Grillo. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2017.